



Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis

DIRETORIA DE FINANÇAS E DE RELAÇÕES COM
INVESTIDORES
Superintendência Contábil
Departamento de Contabilidade Gerencial

DISTRIBUIÇÃO





Copel Distribuição S.A.

CNPJ/MF 04.368.898/0001-06

Inscrição Estadual 90.233.073-99

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel

www.copel.com copel@copel.com

Rua José Izidoro Biazetto, 158 – Bloco C - Mossungue - Curitiba - PR

CEP 81200 -240

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2009

SUMÁRIO

1	PERFIL ORGANIZACIONAL	5
2	DESTAQUES	6
2.1	Criação da Diretoria de Meio Ambiente e Cidadania Empresarial	6
2.2	Contratação do Sistema Integrado de Gestão Empresarial ERP.....	6
3	GOVERNANÇA CORPORATIVA	7
3.1	Estrutura e práticas de governança	7
3.2	Política de sustentabilidade e cidadania corporativa	9
3.3	Estratégia e gestão.....	9
3.4	Partes interessadas.....	11
4	DESEMPENHO OPERACIONAL	14
4.1	Cenários	14
4.2	Fluxo de energia.....	15
4.3	Participação e crescimento no mercado	15
4.4	Investimento remunerável.....	16
5	DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	18
5.1	Receita operacional líquida.....	18
5.2	Custos e despesas operacionais	18
5.3	EBITDA ou LAJIDA.....	19
5.4	Resultado financeiro	19
5.5	Endividamento.....	20
5.6	Lucro líquido	20
5.7	Valor Adicionado.....	21
5.8	Investimentos na concessão.....	21
5.9	Inadimplência de consumidores.....	21
6	DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL	23
6.1	Força de trabalho.....	23
6.2	Clientes e comunidade	24
6.3	Apoio a políticas públicas	26
6.4	Projetos e programas corporativos	27
6.5	Meio ambiente	30
6.6	Balanco Social.....	36
	COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA	40



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Temos a satisfação de apresentar o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Copel Distribuição, subsidiária integral da Copel, referentes ao exercício de 2009. No ano, a Companhia realizou investimentos de R\$ 655,2 milhões e registrou lucro de R\$ 319,7 milhões.

Em que pese ter sido um ano marcado pelas dificuldades advindas da crise internacional que eclodiu no final de 2008, é possível observar que seus efeitos sobre o mercado consumidor da Companhia foram pouco significativos e sensivelmente mais brandos que os experimentados por outros estados brasileiros.

Aliado ao crescimento do consumo de eletricidade na sua área de concessão, é digna de realce a expansão do número de ligações atendidas: mais de 100 mil novos consumidores no ano, dos quais mais de 15 mil localizados na zona rural, evidenciando os esforços da Companhia em favor da universalização do acesso da população aos serviços de distribuição de energia elétrica.

Fiel ao seu importante papel de agente indutor do desenvolvimento econômico e social do Paraná, a Copel Distribuição pratica a menor tarifa de eletricidade do Brasil, concedendo descontos aos consumidores pontuais no pagamento da conta de luz. O desconto tem valor equivalente aos efeitos do reajuste médio de 12,98% autorizado pela Aneel no final do mês de junho.

Comungando dos mesmos princípios em favor da sustentabilidade abraçados pela Copel, a sua subsidiária de Distribuição também atua fortemente nos contextos social e ambiental. Nos esforços para a inclusão social, podem ser citadas as cerca de 17 mil ligações elétricas a custo zero para os consumidores, feitas em 2009 através do programa Luz Para Todos, do Governo Federal, que tem forte participação do Governo do Paraná e da Copel. Com objetivo similar, existe o programa Luz Legal, uma iniciativa do Governo Estadual para regularizar a situação de famílias instaladas em áreas de ocupação na periferia das cidades: nesses aglomerados, a construção de redes de distribuição elimina o risco das perigosas ligações elétricas improvisadas e, ainda, oferece às famílias um documento que serve como comprovante de endereço, algo fundamental para o exercício da cidadania. Mais de 4 mil famílias em todo o Paraná já foram beneficiadas pelo programa.

Sob o aspecto ambiental, a Copel Distribuição desenvolve ações destinadas a privilegiar o uso responsável dos recursos naturais e preservar o equilíbrio do ecossistema. Assim, além dos muitos projetos do seu Programa de Eficiência Energética, para o qual foram destinados cerca de R\$ 15,7 milhões no ano, a Companhia lançou em 2009 a segunda edição do seu Guia de Arborização de Vias Públicas, distribuído a todas as prefeituras municipais do Paraná. O sistema de leitura dos medidores com impressão simultânea da conta de luz foi estendido a 50% da área



Distribuição

de concessão da Companhia, permitindo – por dispensar o uso de envelope e utilizar um formulário menor – economizar cerca de 100 toneladas de papel por ano.

A acessibilidade também tem merecido atenção, com as ações de um programa desenvolvido sob a orientação de técnicos do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, destinado a adequar as instalações de agências e postos de atendimento ao público da Copel a receber pessoas com deficiência, garantindo a todos plena condição de acesso e trânsito.

Ao término desta mensagem, queremos registrar nosso respeitoso agradecimento ao governador do Paraná, que na condição de representante do acionista controlador da Copel, vem orientando, com zelo, sensibilidade social e atenção ao interesse público, as atividades da Companhia, conciliando sustentabilidade com responsabilidade corporativa, mas sem deixar de lado os resultados empresariais. Da mesma forma, expressamos nosso reconhecimento à sempre solícita e atenciosa participação dos integrantes do Conselho Fiscal da Companhia.

Em nome de toda a Diretoria, por fim, consignamos nosso melhor agradecimento aos empregados pelo comprometimento com os ideais e princípios defendidos pela Companhia e, ainda, pelo empenho na concretização de todas as conquistas e feitos aqui relatados.

Curitiba, 19 de abril de 2010.

A Administração

1 PERFIL ORGANIZACIONAL

A Copel Distribuição S.A. (Copel Distribuição ou Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado e subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel (Copel ou Controladora). No âmbito da distribuição de energia elétrica, tem como principais atividades prover, operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos. Essas atividades visam atender aos mais de 3,6 milhões de consumidores de energia, em 1.109 localidades pertencentes a 392 dos 399 municípios do Paraná, e, adicionalmente, ao município de Porto União, em Santa Catarina. Além de operar e manter as instalações nos níveis de tensão até 34,5 kV, em vista da cisão da Copel Transmissão (Resolução Aneel nº 1.120/2007), a Copel Distribuição assumiu essas mesmas atividades também nas instalações de níveis de tensão 69 kV e 138 kV, que até então eram de responsabilidade da Companhia extinta.

• Copel Distribuição em números

Em R\$ mil (exceto quando indicado de outra forma)	2009	2008	variação % 2009-2008
Indicadores Contábeis			
Receita operacional ou vendas brutas	6.702.849	6.264.057	7,0
Deduções da receita	2.812.768	2.498.139	12,6
Receita operacional líquida ou vendas líquidas	3.890.081	3.765.918	3,3
Custos e despesas operacionais do serviço	3.640.449	3.154.340	15,4
Resultado das atividades	249.632	611.578	(59,2)
EBITDA ou LAJIDA	414.817	787.659	(47,3)
Resultado financeiro	127.378	120.448	5,8
IRPJ/CSLL	57.297	187.652	(69,5)
Lucro líquido	319.713	544.374	(41,3)
Patrimônio líquido	3.175.667	3.042.285	4,4
Juros sobre o capital próprio	186.331	166.000	12,2
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	1,3	1,4	(7,1)
Liquidez geral (índice)	1,2	1,4	(14,3)
Margem do EBITDA ou LAJIDA (%)	10,7	20,9	(49,0)
Dívida sobre o patrimônio líquido (%)	5,0	5,5	(9,1)
Margem bruta (lucro líquido/receita operacional bruta) (%)	4,8	8,7	(45,1)
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	8,2	14,5	(43,1)
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	11,2	21,8	(48,6)



2 DESTAQUES

2.1 Criação da Diretoria de Meio Ambiente e Cidadania Empresarial

Em março de 2009, foi criada a Diretoria de Meio Ambiente e Cidadania Empresarial, sendo eleita, como titular, Marlene Zannin, a primeira mulher a ocupar um cargo de diretoria na Companhia. A Controladora é a primeira empresa no setor elétrico brasileiro a delegar status de diretoria aos assuntos de natureza ambiental e social. Essa diretoria tem como atribuições coordenar os assuntos e as atividades socioambientais da Copel, com ênfase nas iniciativas de desenvolvimento social e comunitário e na promoção e não-violação dos Direitos Humanos.

2.2 Contratação do Sistema Integrado de Gestão Empresarial ERP

Com a implantação efetiva do novo sistema, a Copel passará a contar com uma poderosa ferramenta de gestão e controle de todos os seus processos cruciais. Isto significará a adoção das melhores práticas de mercado, com eficiência e agilidade operacional, transparência e atendimento à legislação específica em tempo hábil, melhoria e correção nos processos relacionados à gestão empresarial, disponibilização de informações consistentes, além de maior agilidade nas tomadas de decisões pelo grupo executivo da Companhia.

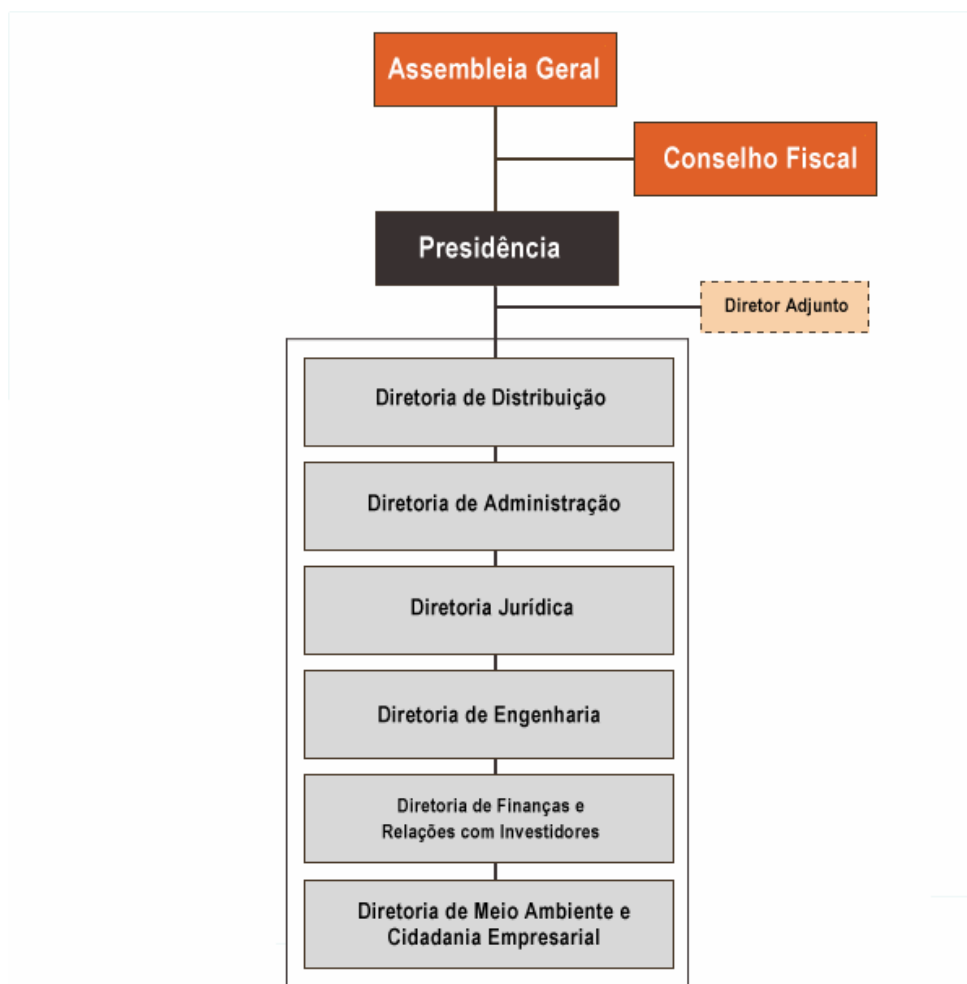
3 GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Copel Distribuição, através de sua Controladora, busca constantemente aprimorar a aplicação de boas práticas de governança corporativa, que é, para a Companhia, o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre a acionista Controladora, diretoria, auditoria independente e conselho fiscal.

Os administradores buscam, dessa forma, contribuir para a perenidade da Companhia, com visão de longo prazo na busca de sustentabilidade econômica, social e ambiental; aprimorar o relacionamento e a comunicação com todas as partes interessadas; minimizar os riscos estratégicos, operacionais e financeiros; e aumentar o valor da Companhia, viabilizando a estratégia de captação de recursos.

3.1 Estrutura e práticas de governança

O organograma a seguir apresenta a estrutura organizacional da Copel Distribuição:





Distribuição

A Companhia segue as práticas e políticas de governança adotadas pela Controladora no tocante a Assembleia Geral, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva, Código de Conduta e Conselho de Orientação Ética. Além destes, a Controladora mantém Comitê de Gestão de Risco, o qual destacamos a seguir:

- **Comitê de gestão de riscos**

Em 2006 a Copel iniciou, com auxílio de uma consultoria especialmente contratada, a implantação da Gestão Integrada de Riscos Corporativos - GIRC, através de projeto corporativo acompanhado periodicamente pela sua Diretoria. Neste processo, optou-se por uma abordagem integrada e corporativa, gerenciada de forma descentralizada pelos gestores de riscos e coordenada pelo Departamento de Gestão de Riscos e Controles, área formalmente instituída para este fim.

Na preparação do ambiente interno, houve a aprovação, em 2009, da Política e do Modelo de Gestão de Riscos, com a finalidade de definir os princípios e as diretrizes de atuação da Companhia. Dentre os princípios norteadores estão a classificação e forma de avaliação dos riscos, bem como definição de parâmetros de apetite ao risco. Este modelo aprovado de gestão de riscos foi apresentado em todo o estado do Paraná, em palestras que tiveram como objetivo promover a disseminação e a conscientização da importância da participação individual no modelo implantado.

A Copel acredita que uma gestão de risco eficiente e eficaz não deve somente identificar o risco, mas monitorá-lo periódica e sistematicamente, bem como atualizá-lo diante das mudanças de cenário interno e externo. Para isto, o modelo estabelece que, anualmente, os riscos devem ser reavaliados, compreendendo o apetite e a tolerância aos mesmos, bem como a forma com que se administram. Para auxiliar no monitoramento da gestão de riscos, também foi implantado neste ano um Comitê com a atribuição de analisar os resultados da avaliação dos riscos e controles, as situações excepcionais e as recomendações de ações, sempre que for identificada necessidade.

A estratégia adotada pela Copel para a gestão de riscos permite identificar e considerar todas as formas de riscos em seu processo decisório e nas atividades diárias, segundo os seguintes níveis de abordagem:

- Riscos-chave de negócio: riscos associados aos objetivos estratégicos da Copel, sendo foco de atuação da alta administração.
- Riscos-chave de processos: relacionados aos objetivos dos processos da Companhia, sendo foco de atuação de seus gestores.
- Riscos-chave de projetos: referentes aos objetivos dos projetos constantes no *portfolio*, sendo

foco de atuação dos gestores de projetos.

Inicialmente foram identificados, avaliados e priorizados os riscos-chave de negócio, os quais são monitorados com periodicidade predefinida. Eles estão relacionados com os objetivos de manutenção dos contratos de concessão, otimização de custos, expansão sustentável dos negócios e gestão de pessoas e tecnologias.

Iniciou-se também a identificação dos riscos dos processos priorizados pela Diretoria, os quais serão em seguida avaliados e monitorados por seus gestores. Estes processos referem-se ao provimento de infraestrutura dos negócios da Controladora, conforme mapeamento da Cadeia de Valor da Companhia.

Relatórios relativos à avaliação de riscos são apresentados periodicamente nas reuniões da Diretoria e do Comitê de Auditoria - CAU da Controladora, permitindo assim, que estes colegiados estejam permanentemente informados e comprometidos com os objetivos do processo de gestão de riscos corporativos.

3.2 Política de sustentabilidade e cidadania corporativa

A Controladora definiu como prioridade a implantação da gestão empresarial orientada para a sustentabilidade, cujo modelo busca o alinhamento dos esforços para atingir e garantir, com base nos valores da Companhia e na gestão otimizada dos processos, os resultados nos eixos econômico, social e ambiental, de forma balanceada para as partes interessadas, bem como seu desenvolvimento e crescimento sustentável, com vistas à adequação aos padrões internacionais de governança, transparência e sustentabilidade, em conformidade com o compromisso renovado junto ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas - ONU, do qual a Copel é signatária desde 2000. Todas as ações da Copel se baseiam em uma gestão fundamentada nos princípios da Política de Sustentabilidade e Cidadania Corporativa, cuja íntegra está disponível no site da Companhia (www.copel.com), a qual está totalmente alinhada aos cinco valores expressos no posicionamento estratégico corporativo, aos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e aos dez princípios do Pacto Global da ONU.

3.3 Estratégia e gestão

Em 2009 a Companhia manteve seus esforços na busca de resultados para atender aos dois grandes desafios estratégicos listados abaixo:

- Excelência operacional, com aumento da produtividade e otimização de custos, qualidade nos

serviços prestados e melhoria da satisfação dos consumidores; e

- Expansão sustentável, alinhada aos objetivos do Governo do Estado, com investimentos socioambientais e geração de benefícios para a sociedade paranaense.

Nesse âmbito, as ações foram baseadas nas diretrizes estabelecidas pela alta administração para a busca da produtividade em curto prazo e do crescimento em longo prazo; na excelência em custos e nos relacionamentos com as partes interessadas. Para a contribuição e o alcance dos resultados esperados, o foco do planejamento empresarial foi a execução do plano estratégico, tendo como principais atividades:

- Comunicação da Estratégia, envolvendo o universo de gerentes e empregados, com o objetivo de promover o entendimento, motivação e comprometimento dos empregados;
- Reuniões de análises críticas e estratégicas, visando ao aprimoramento do processo de desenvolvimento e gestão da estratégia, a partir da qualificação dos critérios e metodologias;
- Qualificação dos indicadores e metas para os diferentes níveis hierárquicos, seguindo as boas práticas do mercado e premissas da Fundação Nacional da Qualidade – FNQ; e
- Desdobramento da estratégia em toda a organização e formalização das metas em Compromissos de Gestão até o menor nível gerencial.

Em 2009, realizou-se o alinhamento das boas práticas de excelência de gestão implementadas pelas organizações de referência, mensuradas pelas seguintes avaliações: Prêmio Nacional da Qualidade - PNQ; Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE e Índice de Felicidade no Trabalho - IFT. Do aprendizado deste alinhamento surgiram iniciativas (programas, projetos e planos de ação) e melhoria dos processos que foram considerados no planejamento para 2010.

- **Referencial estratégico**

A Copel Distribuição segue o Referencial Estratégico da Controladora, tendo o seguinte conjunto de princípios e valores como orientadores das suas ações e decisões:

- Transparência - prestação de contas das decisões e realizações da Companhia para informar seus aspectos positivos e/ou negativos a todas as partes interessadas;
- Ética - resultado do pacto coletivo que define comportamentos individuais alinhados a um objetivo comum;
- Respeito - consideração com o próximo;

- Responsabilidade Social e Ambiental - condução da vida da Companhia de maneira sustentável, respeitando os direitos de todas as partes interessadas, inclusive das futuras gerações, e o compromisso com a sustentação de todas as formas de vida;
- Segurança - ambiente organizacional seguro que permite a continuidade da vida da Companhia.

3.4 Partes interessadas

No período 2008-2009, as partes interessadas direta e sistematicamente envolvidas com a Copel Distribuição, através de sua controladora, foram: público interno, clientes, fornecedores, poderes públicos, acionistas e investidores, sociedade e organizações ligadas ao meio ambiente. O ano de 2009 foi marcado pela intensificação do diálogo com o público interno, no escopo do segundo ciclo da Norma AA1000, com a categorização e o aprofundamento de grupos de interesse específicos, a fim de tratar de temas críticos afetos a tais grupos, principalmente no tocante a questões raciais, étnicas, de gênero e de pessoas com deficiência - PcD.

O terceiro ciclo de implantação da Norma AA1000, em iniciação, permitirá seu melhor alinhamento com o novo modelo de Gestão para a Sustentabilidade da Companhia.

- **Pesquisa de opinião junto às partes interessadas**

O objetivo principal dessa pesquisa é avaliar a qualidade dos serviços prestados, a marca e a imagem institucional da Copel em sua área de atuação, levantando as expectativas, opiniões e intenções das partes interessadas. As pesquisas são realizadas anualmente ou, no máximo, a cada dois anos, desde 1999. No tocante à satisfação de clientes no segmento residencial, as pesquisas realizadas nas edições anuais dos prêmios da Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica - Abradee, da qual a Copel é associada, registraram 89,9% de clientes satisfeitos em 2009. Já as da Aneel contabilizaram 69,89%.

- **Canais de diálogo**

O atendimento aos questionamentos enviados à Companhia pelo canal Fale Conosco está disponível no site www.copel.com, pelo endereço eletrônico copel@copel.com. A matriz completa de canais de diálogo da Copel também está disponível no mesmo site.

Diálogo com o Público Interno

Como canal direto de comunicação com todos seus empregados, a Copel mantém a Pesquisa de Clima Organizacional - PCO, realizada anualmente. As últimas PCOs apontaram, como fatores nos



Distribuição

quais a Copel deve atuar de forma corporativa, para melhorar seu desempenho, liderança e crescimento e desenvolvimento profissional. No âmbito do Programa de Promoção da Diversidade, no período compreendido entre 2007 e 2009, diversos diálogos foram realizados com grupos que apresentam necessidades e características específicas na Companhia.

Diálogo com Clientes

Os 3,6 milhões de clientes atendidos pela Copel Distribuição têm à disposição diversos canais de acesso para efetuar solicitações, sugestões e reclamações. Entre os canais de maior destaque no volume de atendimentos está o *call center* (0800 51 00116), com custo zero para o cliente, constituído por empregados próprios e por força de trabalho contratada, formada por portadores de necessidades especiais contratados das diversas associações de deficientes físicos do Paraná. Como fontes de atendimento alternativas, a Companhia dispõe de uma agência virtual, em seu website: www.copel.com, que permite aos clientes solicitar serviços, realizar consultas e obter informações. Também dispõe de 15 postos de atendimento móvel, que percorrem bairros em grandes cidades e localidades que não possuem unidade fixa de atendimento personalizado para resolver as necessidades mais urgentes dos clientes, além de orientar sobre o uso seguro e eficiente da energia, direitos, deveres e programas sociais. Adicionalmente, oferece, nas agências dos correios em todo o Estado, envelopes pré-pagos para envio de documentos e solicitações à Companhia.

Diálogo com Fornecedores

A Copel disponibiliza canal de diálogo com seus fornecedores em toda sua área de concessão, em polos estratégicos distribuídos no Paraná, o que propicia a todos os participantes, entre fornecedores, gestores de contrato e fiscais de obras, canal de comunicação aberto e objetivo, contribuindo para o desenvolvimento da cadeia produtiva. Nos diálogos diretos com fornecedores em 2009, abordamos conceitos básicos de sustentabilidade, procurando orientar sobre os Princípios do Pacto Global e, através da oficina de Comunicação e Progresso - COP, sobre questões relativas às ações e evoluções socioambientais que uma empresa sustentável pode realizar. Para 2010, a Companhia pretende buscar o engajamento de mais adeptos de sua cadeia produtiva de valor, resgatando o ciclo de diálogo e desenvolvimento em sua área de concessão.

Copel de Portas Abertas para Você

Desenvolvido como uma forma de estabelecer diálogo com os clientes e a comunidade, o Programa “Copel de Portas Abertas para Você” consolida uma postura proativa da Companhia na busca de maior aproximação e diálogo com o público. Desde sua criação, em 2005, nos padrões da Norma AA1000 de diálogo direto com as partes interessadas, os eventos do Programa têm



Distribuição

ocorrido em todas as regiões do Estado e são abertos à participação de qualquer interessado. Objetivam informar às partes interessadas sobre a atuação da Copel na região, sobre o uso seguro e eficiente da energia, sobre os direitos e deveres dos consumidores e sobre o acesso aos programas sociais, além de prestar o atendimento comercial feito por unidades móveis.

4 DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1 Cenários

- **Análise internacional**

No 1º semestre de 2009, foi percebida a continuidade da crise financeira internacional, provocando redução nos níveis de emprego e de crédito. A partir do 3º trimestre, após um período de contração do Produto Interno Bruto - PIB e elevação da taxa de desemprego, as economias americana e europeia registraram resultados favoráveis, devido à maturação do processo de ajuste de estoques e à estabilização das condições de demanda agregada de grandes potências. Com isto, foi retomado o crescimento da produção industrial, o que deu suporte ao aumento das importações e ao processo de melhoria nas condições dos mercados de trabalho, fundamentais para a recuperação econômica em curso.

- **Análise nacional**

Apesar da retração da demanda externa por produtos industriais, o Brasil consolidou seu ciclo de recuperação econômica de forma moderada, porém efetiva após o processo recessivo experimentado a partir do final de 2008. Tal retomada é sustentada basicamente pelo desempenho positivo da demanda interna, fato comprovado pelo crescimento registrado no PIB a partir do segundo trimestre do ano e pela trajetória de indicadores setoriais nos meses subsequentes. As medidas de política econômica adotadas, principalmente a de continuidade da política de crédito, também influenciaram positivamente o desempenho da economia, notadamente o crescimento do consumo nas famílias.

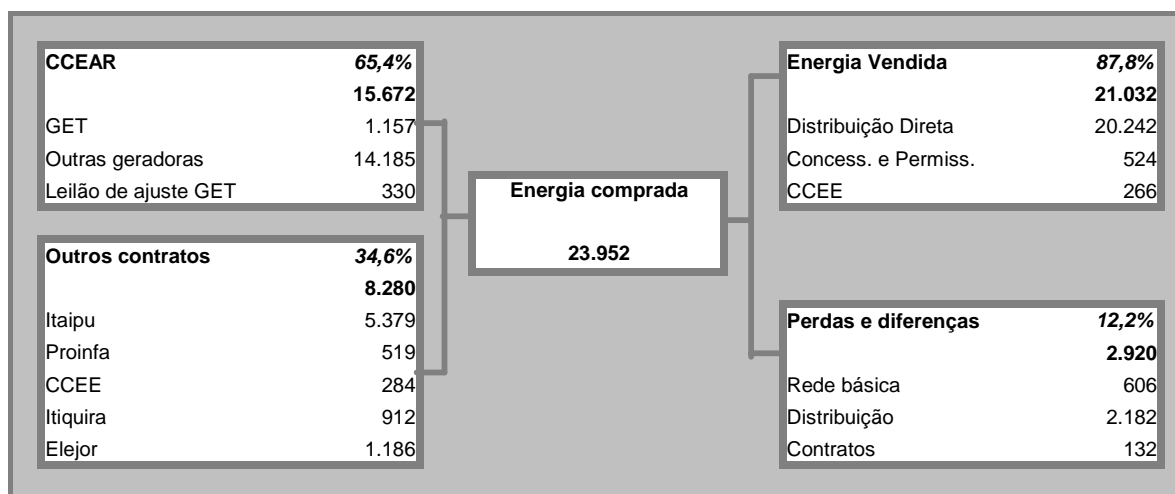
- **Análise estadual**

Comparando com outros estados, a economia paranaense teve um dos melhores desempenhos do País, todavia tendo também sido afetada pela crise mundial, com destaque para o setor industrial, que possui um elevado coeficiente de exportação. O setor agropecuário, além de ser afetado pela queda nos níveis de exportação, sofreu impacto de fatores climáticos que provocaram redução da safra agrícola. Resultados positivos foram verificados no setor de serviços – no qual estão incluídos o comércio atacadista e varejista, a administração pública e o sistema financeiro, entre outros – cuja trajetória foi crescente no Estado durante o ano, compensando, de certa forma, as quedas na produção da indústria e da agropecuária.

• Análise setorial

As tarifas de energia elétrica da Copel Distribuição foram, em média, reajustadas em 18,04%, sendo 11,42% relativos ao reajuste tarifário anual e 6,62% relativos aos componentes financeiros pertinentes, correspondendo a um efeito médio de 12,98% a ser percebido pelos consumidores cativos. Na ocasião, a Copel requereu o deferimento dos componentes financeiros, face ao impacto do reajuste para os consumidores, que já estavam sofrendo o impacto da crise financeira, visando à manutenção do mercado e do nível de adimplência. No entanto, o pedido foi negado pela Aneel. Em virtude dessa decisão, na 176ª Assembleia Geral Extraordinária da Controladora, de 23.07.2009, foi aprovada a aplicação e concessão de desconto equivalente ao aumento médio da respectiva classe de consumo para todos os consumidores cativos finais adimplentes, sendo que esta concessão de descontos poderá ser reduzida ou descontinuada a qualquer tempo.

4.2 Fluxo de energia



Valores sujeitos a alterações após o fechamento pela CCEE

CCEAR = Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado

CCEE = Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

4.3 Participação e crescimento no mercado

A Copel Distribuição participa em 6,0% no Brasil e 34,7% na Região Sul. No Paraná, sua participação é estimada em 96,8%.

Descrição	Consumidores no fim do período				Energia vendida (Em GWh)			
	% ⁽¹⁾	2009	2008	variação %	% ⁽¹⁾	2009	2008	variação %
Residencial	78,8	2.859.749	2.782.404	2,8	28,0	5.664	5.379	5,3
Industrial	1,8	66.960	63.641	5,2	33,1	6.704	6.770	(1,0)
Comercial	8,3	300.138	294.866	1,8	20,7	4.200	3.967	5,9
Rural	9,7	352.992	335.666	5,2	8,3	1.680	1.606	4,6
Outros	1,4	48.344	46.966	2,9	9,9	1.994	1.911	4,3
Mercado Cativo	100,0	3.628.183	3.523.543	3,0	100,0	20.242	19.633	3,1

⁽¹⁾ Percentual de participação em 2009.

Descrição	Consumidores/ Contratos				Energia distribuída (Em GWh)			
	% ⁽¹⁾	2009	2008	variação %	% ⁽¹⁾	2009	2008	variação %
Mercado Cativo	100,0	3.628.183	3.523.543	3,0	85,4	20.242	19.633	3,1
Concess. e Permissionárias	-	4	3	33,3	2,2	524	495	5,9
Consumidores Livres ⁽²⁾	-	21	23	(8,7)	12,4	2.929	3.375	(13,2)
Mercado Fio	100,0	3.628.208	3.523.569	3,0	100,0	23.695	23.503	0,8

⁽¹⁾ Percentual de participação em 2009.

⁽²⁾ Consumidores livres atendidos pela Copel Geração e Transmissão e por outros fornecedores dentro da área de concessão da Copel Distribuição.

O decréscimo no consumo da classe Industrial decorre da redução em 2,1% da produção industrial paranaense (dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE), no ano de 2009, frente a 2008.

4.4 Investimento remunerável

O Investimento Remunerável, também denominado de Base de Remuneração, constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS e Almojarifado de Operação, deduzido do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigação Especial), sobre o qual foi calculada a remuneração, bem como o AIS que gerou a cota de depreciação, que fazem parte da Parcela “B” da Receita Requerida – RR da Concessionária, homologada pela Resolução Aneel nº 826/2009 de 02/06/2009, se atualizados pelo IGPM nos reajustes tarifários anuais já ocorridos, estariam assim formados:



Distribuição

Componentes do Investimento Remunerável	Em R\$ mil	
	Revisão 06/2008	Reajuste 06/2009
a) Ativo Imobilizado em Serviço Bruto	9.226.806	9.562.726
b) (-) Depreciação Acumulada 61,6%	5.680.682	5.887.499
c) (-) Obrigação Vinculada ao SPEE	1.658.592	1.718.976
d) = Ativo Imobilizado em Serviço Líquido	1.887.532	1.956.251
e) (+) Almoxarifado	33.199	34.408
f) = Investimento Remunerável (B.Remuneração)	1.920.731	1.990.659
g) (+) Investimento previsto no Xe	374.570	388.207
h) = Investimento Total Remunerável na Tarifa	2.295.301	2.378.866
i) Bens 100% depreciados	752.079	779.460
j) Variação do IGPM (RH Aneel/Reajuste Tarifário nº)	-	839/2009
k) Cota de Depreciação - Taxa média anual 4,5%		

5 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

5.1 Receita operacional líquida

Em 2009, a Receita Operacional Líquida teve acréscimo de R\$ 124,2 milhões, representando 3,3% de aumento em relação a 2008. Tal variação decorre de:

- 1) Acréscimo na **Receita de Fornecimento de Energia Elétrica**, em 10,4%, em virtude dos seguintes fatores:
 - a) aumento de 3,1% do mercado cativo decorrente principalmente do acréscimo nas classes residencial e comercial, que tiveram crescimento de 5,3% e 5,9%, respectivamente;
 - b) acréscimo de 3,0% na quantidade de consumidores; e
 - c) reajuste tarifário de 12,98% a partir de 24.07.2009, para os consumidores cativos inadimplentes.
- 2) Acréscimo na **Receita de Disponibilidade da Rede Elétrica** em 4,2%, decorrente principalmente do reajuste médio da tarifa de uso do sistema de distribuição - TUSD e do aumento da utilização do sistema. Detalhamento na Nota Explicativa - NE nº 27.

As Deduções da Receita aumentaram R\$ 314,6 milhões, principalmente em decorrência do acréscimo das receitas tributáveis, resultando no aumento de: R\$ 56,1 milhões de Cofins; R\$ 12,2 milhões de PIS/Pasep; R\$ 53,0 milhões de Encargos do Consumidor; e R\$ 193,4 milhões de ICMS; este último influenciado também pela alteração da alíquota do ICMS em abril de 2009 (de 27% para 29%). Detalhamento na NE nº 28.

5.2 Custos e despesas operacionais

Obtiveram variação de R\$ 486,1 milhões em 2009, representando um aumento de 15,4%, influenciado, principalmente por:

- Acréscimo de R\$ 166,7 milhões em **Energia Elétrica Comprada para Revenda**, devido principalmente ao aumento da energia adquirida de Leilão em R\$ 202,6 milhões, compensado pelo decréscimo na CCEE em R\$ 58,8 milhões, pela variação cambial sobre energia elétrica comprada de Itaipu para revenda de R\$ 53,6 milhões, e pelo aumento do crédito de Pis/Pasep e Cofins sobre a energia elétrica comprada para revenda em R\$ 30,5 milhões;

- Acréscimo em **Encargos do Uso da Rede Elétrica** em R\$ 124,1 milhões, devido principalmente ao efeito de CVA e ao aumento da quota da Rede Básica. Detalhamento na NE nº 29.b;
- Acréscimo de R\$ 86,7 milhões em **Despesas de Pessoal e Administradores** decorrente, principalmente, de indenizações por demissões voluntárias, além do reajuste salarial de 4,97% (INPC acumulado de 4,45%, acrescido de um ganho real de 0,5%) e um estágio salarial (1,0%), totalizando 6,02%, conforme acordo coletivo que passou a vigorar em outubro de 2009. Detalhamento na NE nº 29.c; e
- Acréscimo de R\$ 43,1 milhões em **Despesas de Serviços de Terceiros**, principalmente em função do aumento de manutenção preventiva, incluindo poda e roçada, visando à redução dos índices de DEC e FEC e conseqüentemente a redução de horas extras, quilômetros rodados e aumento da produtividade dos eletricitistas, além de acréscimo de serviços comerciais ligados à atividade de distribuição.

5.3 EBITDA ou LAJIDA

Cálculo do EBITDA/LAJIDA (Lucro antes dos juros, impostos e depreciação e amortização) - Em R\$ mil		
	2009	2008
Lucro do exercício	319.713	544.374
IRPJ e CSLL diferidos	30.027	87.169
Provisão para IRPJ e CSLL	27.270	100.483
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	(127.378)	(120.448)
Lajir/Ebit	249.632	611.578
Depreciação e Amortização	165.185	176.081
Lajida/Ebitda - ajustado	414.817	787.659
Receita Operacional Líquida - ROL	3.890.081	3.765.918
Margem do EBITDA/LAJIDA⁽¹⁾	10,7%	20,9%

⁽¹⁾ Ebitda ÷ ROL

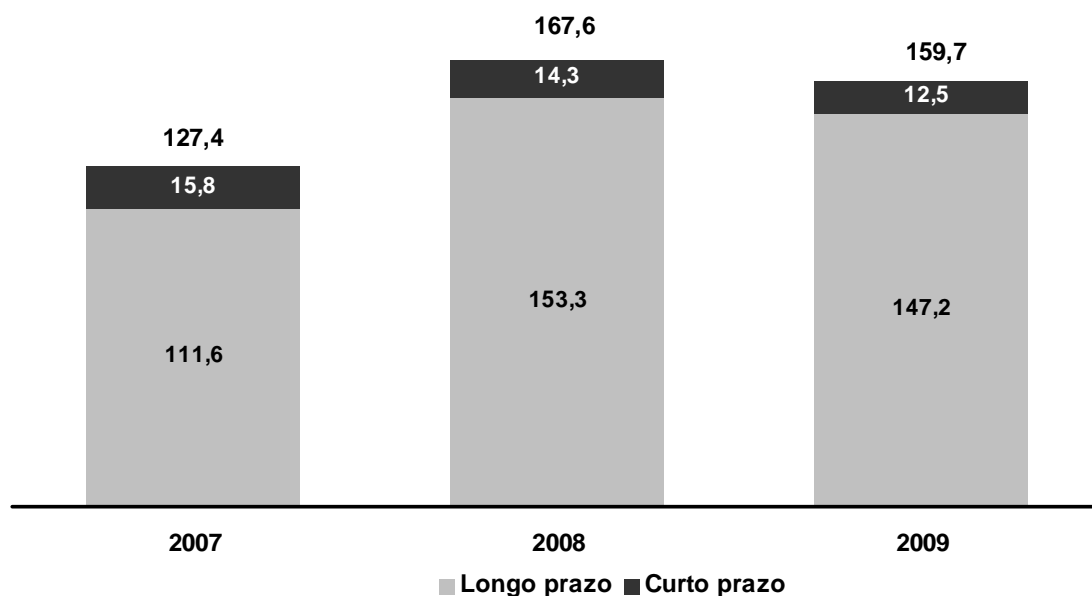
5.4 Resultado financeiro

- 1) **Receitas financeiras** - decréscimo de R\$ 72,3 milhões em relação a 2008, devido principalmente às variações monetárias sobre o repasse da CRC, corrigido pelo IGP-DI, índice que no período de janeiro a dezembro de 2009 teve variação negativa de 1,4%, enquanto que no mesmo período de 2008 a variação foi positiva de 9,1%.
- 2) **Despesas financeiras** - redução de R\$ 79,2 milhões, influenciadas pelo decréscimo da variação cambial sobre empréstimos em moeda estrangeira, motivado principalmente pela

valorização do real perante o dólar (de 25,5% no período), sendo que em 2008 houve desvalorização de 31,9%. Além disso, houve o registro de R\$ 30,7 milhões em 2008, não recorrente em 2009, referente ao Termo de Ajuste de Conduta assinado com a Aneel, visando à regularização dos indicadores DEC/FEC.

5.5 Endividamento

A variação da dívida de empréstimos e financiamentos decorreu dos ingressos de recursos no montante de R\$ 28,0 milhões, referentes aos contratos com a Eletrobrás para aplicação no programa “Luz para Todos”, e pela apropriação dos encargos no valor de R\$ 10,9 milhões, compensados pela valorização do real frente ao dólar, resultando R\$ 23,2 milhões em variações cambiais e pelos pagamentos ocorridos no valor de R\$ 23,6 milhões. O gráfico a seguir demonstra a composição em curto e longo prazo:

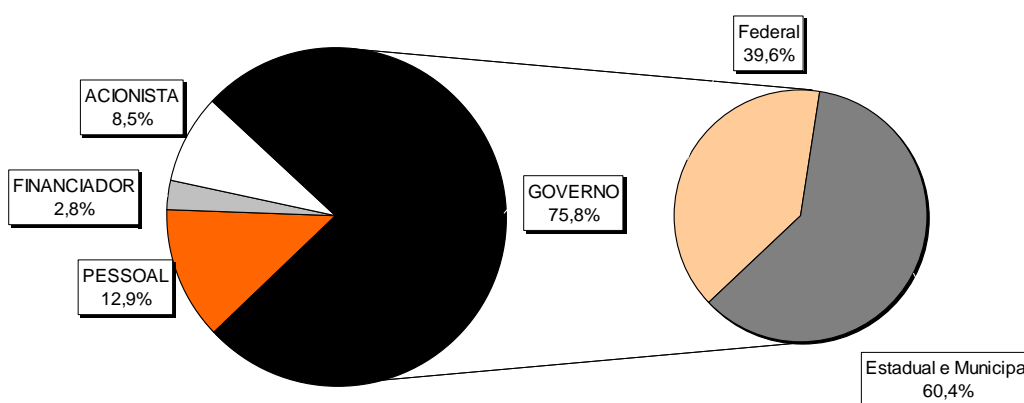


5.6 Lucro líquido

Em 2009, a Companhia obteve lucro líquido de R\$ 319,7 milhões, sendo 41,3% menor que o obtido no exercício anterior de R\$ 544,4 milhões. Tal resultado proporcionou taxa de rentabilidade do patrimônio líquido de 11,2% ($\text{lucro líquido} \div (\text{patrimônio líquido} - \text{lucro líquido})$), refletindo decréscimo de 48,6% em relação a 2008.

5.7 Valor Adicionado

No exercício de 2009, a Copel Distribuição apurou R\$ 3.742,4 milhões de Valor Adicionado Total - VAT, 0,8% inferior ao apurado no ano anterior, o que corresponde a R\$ 30,5 milhões. A seguir, representação gráfica da Distribuição do Valor Adicionado. A demonstração na íntegra encontra-se nas Demonstrações Contábeis.



5.8 Investimentos na concessão

Em 2009, o investimento da Copel Distribuição no Imobilizado e Intangível foi de R\$ 655,2 milhões, 31,6% maior que em 2008, que foi de R\$ 497,7 milhões. Para 2010, a previsão é de investir R\$ 761,8 milhões.

5.9 Inadimplência de consumidores

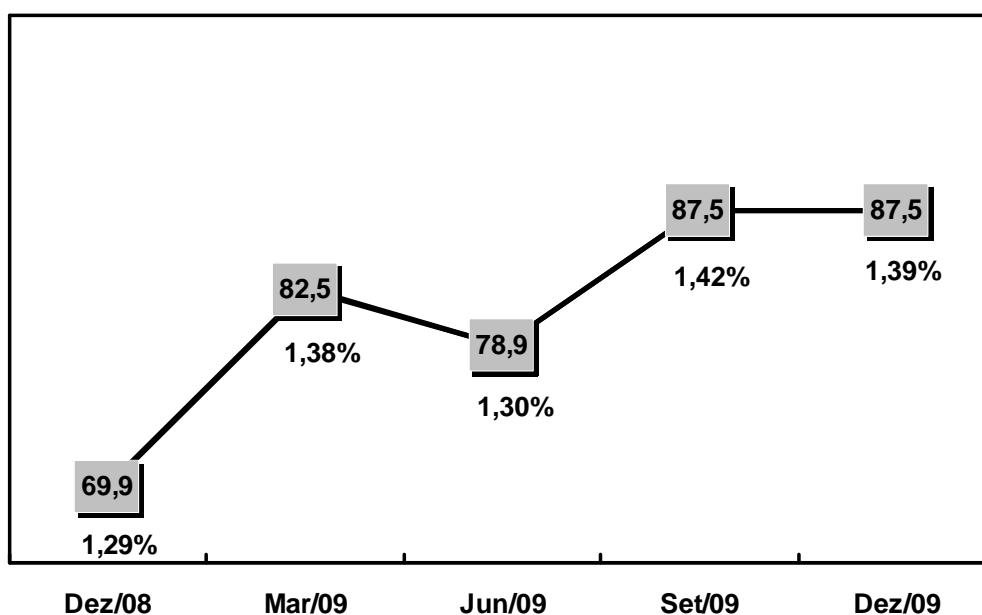
A partir do período contábil de 2003, a Copel Distribuição passou a calcular o índice de inadimplência do produto fornecimento de energia elétrica, utilizando a seguinte metodologia de cálculo:

$$\text{Inadimplência (\%)} = \frac{\sum \text{Débitos vencidos} > 15 \text{ dias} \leq 360 \text{ dias}}{\sum \text{Faturamento no período de 12 meses}}$$

Para o cálculo, considera-se inadimplente o consumidor com débito vencido há mais de 15 dias até

360 dias, em conformidade com o prazo de aviso de vencimento (Resolução Aneel nº 456/2000), e é excluído o reconhecimento de perdas dos débitos vencidos. Apesar da intensificação das ações de combate à inadimplência, com destaque para as negociações de débitos de grandes consumidores, houve aumento do Índice de Inadimplência do Fornecimento de Energia Elétrica, de 1,29% em dezembro de 2008 para 1,39% em dezembro de 2009.

Composição da inadimplência do fornecimento de energia elétrica (R\$ milhões)



6 DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL

6.1 Força de trabalho

Os 6.554 empregados do quadro próprio estão distribuídos em quatro carreiras em função da natureza das atividades e dos requisitos de cargo, a saber: operacional (2.328 empregados), administrativa (2.128 empregados), profissional técnico de nível médio (1.288 empregados) e profissional de nível superior (810 empregados). A Copel Distribuição vem redimensionando seu quadro funcional, tendo admitido, em 2009, mediante concurso público, 553 novos empregados. Durante o mesmo período, 509 desligaram-se da Companhia, grande parte por aposentadoria, tendo a taxa de rotatividade sido de 8,16%. Em 2008, essa taxa foi de 5,61%.

Em 2009, a Companhia destinou 5% das vagas para cargos de natureza administrativa a portadores de necessidades especiais. Dentre os candidatos afrodescendentes, foram admitidos 36 empregados de cor negra e 54 de cor parda.

- **Desenvolvimento de pessoal**

A Controladora possui comitê de treinamento e desenvolvimento formado por representantes de todas as áreas, o qual é responsável por decisões estratégicas relacionadas a treinamento e desenvolvimento. Adicionalmente, a Companhia aplica consistente política em relação à formação de seus empregados, com investimentos significativos por meio de programa de auxílio-educação. Os treinamentos realizados na Copel Distribuição foram distribuídos por carreira, conforme tabela a seguir:

Treinamentos de empregados por carreira	2009 (em horas/média)
Operacional	54,6
Administrativa	42,8
Técnica	75,8
Profissional	77,1

- **Política salarial e benefícios**

As práticas de remuneração, reconhecimento e incentivo estão baseadas no modelo de remuneração estruturado pela Controladora, apoiando-se em dois pilares: remuneração fixa (comparação de mercado e mérito) e variável (Participação dos Empregados nos Lucros e/ou Resultados - PLR). O Plano de Cargos e Salários serve como referência para a remuneração fixa e busca a comparação dos salários pagos com valores de mercado e aplicação da política salarial. A proporção entre o menor salário praticado pela Companhia em 31.12.2009 (R\$ 863,40) e o salário



Distribuição

mínimo nacional vigente naquela data (R\$ 465,00) era de 1,86, não tendo diferença significativa no mesmo período relativamente à proporção de salário-base entre homens e mulheres.

Entre os benefícios concedidos diretamente pela Companhia a todos os empregados, além dos previstos pela legislação, destacam-se: auxílio-educação, abono de férias, auxílio-alimentação e refeição, auxílio-creche, auxílio a portadores de necessidades especiais, além de outros possibilitados pelo convênio existente entre a Copel Distribuição e o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Adicionalmente, através da Fundação Copel de Previdência e Assistência Social, da qual a Companhia é mantenedora, há concessão de: plano de previdência privada, adicional ao valor da previdência oficial, e plano de assistência médico-hospitalar e odontológica.

- **Liberdade de associação e negociação coletiva**

A Copel Distribuição, através de sua Controladora, mantém estreito relacionamento com os sindicatos de categorias de base (eletricitários) e categorias profissionais e/ou diferenciadas. A direção sindical tem livre acesso às gerências locais e a todas as instalações da Companhia, a fim de levar aos empregados as comunicações de seu interesse, além de dispor de canal formal direto com a área de recursos humanos.

- **Saúde e segurança no trabalho**

Fatores que têm influência na saúde e segurança no trabalho são identificados e tratados através das seguintes ações corporativas como programas específicos, campanhas e portais disponíveis na Intranet. Adicionalmente, há gestão das atividades dos profissionais de Segurança do Trabalho, por meio de termo de compromisso celebrado com especificação do atendimento às áreas pertinentes. Ações específicas também contribuem para a prevenção de acidentes e promoção da saúde no trabalho, paralelamente às atividades das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes - CIPAs.

6.2 Clientes e comunidade

Os clientes têm representatividade através do Conselho de Consumidores, instituído em novembro de 1993, com as atribuições de examinar questões ligadas ao fornecimento de energia elétrica, tarifas, adequação dos serviços prestados ao consumidor final e apresentar sugestões para o aprimoramento das relações da Companhia com seus consumidores e com a comunidade em geral. O Conselho é composto por representantes das classes de clientes residencial, comercial, rural, poder público e industrial, além de representante da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - Procon.



Distribuição

O site da Controladora foi reformulado em 2008, permitindo navegação rápida e fácil a seus *stakeholders*, incluindo aqueles com deficiência visual. Outra facilidade introduzida no site é o simulador de consumo de energia, que permite ao usuário avaliar os gastos com eletricidade em seu domicílio ou especificamente de um equipamento ou aparelho. Também foram incorporados novos serviços ao site, tais como consultas aos desligamentos programados, consultas aos locais credenciados para pagamento das faturas e solicitações de manutenção de iluminação pública quando de responsabilidade da Companhia. O acesso ao conteúdo também é possível a partir de dispositivos móveis, como telefone celular ou *palmtop*.

- **Uso racional e seguro da energia elétrica**

As campanhas de divulgação à sociedade sobre o uso seguro da energia elétrica para evitar acidentes, preocupação constante da Companhia, há alguns anos evoluiu para uma ação mais sustentável, incorporando conceitos sobre cidadania e cuidados com o meio ambiente. O programa, denominado Kit Escola, é um dos principais meios de comunicação utilizados para esse fim e consiste na realização de palestras realizadas por técnicos de segurança e 650 voluntários em todo o Paraná. No ano de 2009, cerca de 139 mil estudantes de quarta série da rede pública de ensino receberam “aulas” do grupo de voluntários da Companhia.

Outro meio eficiente para informar a população sobre o uso seguro da energia elétrica são as mensagens transmitidas em emissoras de rádios, através de convênio com a Associação de Radiodifusão do Paraná, com 240 emissoras. Cada uma veicula oito mensagens ao dia, o que significa 1.920 mensagens por dia e 57.600 por mês.

As campanhas de Verão no Litoral Paranaense e Semana Nacional da Segurança com Energia Elétrica – realizadas anualmente – também contribuem com a disseminação de informações junto a escolas, empresas de construção civil e consumidores, em locais públicos, como praças, supermercados, terminais de ônibus e *shopping centers*.

Seguindo um calendário anual pré-estabelecido, as áreas das diversas regionais no Estado realizam palestras em empresas, cooperativas rurais, canteiros de obras, associações de classe e na comunidade em geral e participam de feiras e eventos regionais.

Os clientes também recebem mensagens em suas faturas de energia e envelopes. Clientes das áreas rurais recebem o calendário rural de autoleitura do consumo de energia no qual constam informações sobre segurança no uso da energia e outros conceitos sobre sustentabilidade.

- **Educação ambiental**

A Educação para a Sustentabilidade é realizada por meio de ações de comunicação com as partes



Distribuição

interessadas, projetos de sensibilização e educação socioambiental, sendo importante referência, na visão da “ética do cuidado”.

Público interno

Em 2009, a Copel Distribuição, através de sua Controladora, transformou seu programa de educação para a sustentabilidade em um processo empresarial "Desenvolver a Educação para a Sustentabilidade". A celebração dos “10 anos de Educação Ambiental na Copel” contou com a participação de dezenas de empregados protagonistas deste processo, cuja história foi retratada em uma “Linha do Tempo”, preservando a memória e valorizando as pessoas.

Comunidade

A Copel Distribuição participa da Agenda Unificada do Estado, a qual proporciona sinergia e alinhamento das ações dos participantes com o Governo do Estado. São promovidas atividades junto à comunidade em datas comemorativas, com participação de profissionais da Copel Distribuição, que proferem palestras e distribuem material de educação ambiental, mobilizando força de trabalho e comunidade em plantios, distribuição de mudas nativas, recomposição de mata ciliar, limpeza de rios e lagos, repovoamento de rios com peixes nativos. Em 2009, merecem destaque as atividades junto ao Projeto Habitat, Agenda 21 Escolar do município de Telêmaco Borba, Parque Iguazu e Vila Zumbi dos Palmares.

6.3 Apoio a políticas públicas

Historicamente, a Controladora, como fomentadora do desenvolvimento social e econômico do Estado do Paraná, participa e apoia diversos movimentos conjuntos com órgãos do governo, Organizações não Governamentais - ONGs e outras entidades para a ampla promoção da cidadania, sobretudo junto a comunidades carentes.

Nesse âmbito, destacamos a participação da Copel, desde 2003, no Conselho de Segurança Alimentar do Paraná - Consea/PR, espaço de articulação entre o Governo do Paraná, a sociedade civil organizada e o Governo Federal, que tem caráter consultivo, com a função de propor políticas, programas e ações que configurem o direito humano à alimentação como parte integrante do direito de cada cidadão.

• Incentivos fiscais

A Copel Distribuição transformou a prática de doação através de incentivo fiscal em política e convida empresas parceiras e fornecedores a fazer o mesmo. A partir de agora, todos os anos, a



Distribuição

Companhia potencializará ao máximo a utilização de recursos dedutíveis ao Fundo dos Direitos da Infância e da Adolescência - FIA, com base em estimativas anuais do imposto a pagar, destinando-os a projetos sociais.

Em 2009, as contribuições sob efeito da Lei Rouanet foram efetuadas em projetos devidamente aprovados pelo Ministério da Cultura, no âmbito do Governo Federal, de R\$ 1,0 milhão. A Companhia destinou ao Projeto de Apoio à Inovação e Humanização do Hospital Pequeno Príncipe, em Curitiba, um total de R\$ 0,2 milhão através do FIA. Através da Lei do Incentivo ao Esporte, também doou R\$ 0,2 milhão à Fundação da Universidade Estadual de Maringá.

6.4 Projetos e programas corporativos

- **Programa de alfabetização Luz das Letras**

Em 2009, as ações da Controladora, desenvolvidas em parceria com a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, concentraram-se na capacitação de duzentos e cinquenta coordenadores do programa “Paraná Alfabetizado”, habilitando-os à utilização do software de Alfabetização Luz das Letras - Fase II, durante o Encontro de Formação Continuada, que aconteceu nas cidades de Faxinal do Céu e Foz do Iguaçu.

- **Programa de voluntariado corporativo - EletriCidadania**

Em vigor desde 2001, o programa faculta a utilização, de forma espontânea, de parte do tempo profissional (quatro horas/mês) para a realização de atividades de ação social junto à comunidade. Em 2009, a Copel Distribuição computou nesse programa, 671 horas dedicadas a trabalhos voluntários.

- **Programa corporativo de acessibilidade**

O Programa Corporativo de Acessibilidade da Controladora vem sendo desenvolvido por subgrupos que atuam na dimensão Arquitetônica, Atitudinal, Comunicacional e Urbanística, com base no objetivo específico das respectivas dimensões. No contexto urbano, visando atender demandas relacionadas à boa disposição do posteamento elétrico nas calçadas públicas, a Copel Distribuição, em 2009, efetuou obras para substituição e realocação de 62 postes que impediam acessibilidade de pessoas com deficiência física, além de estruturar a equipe de projetos de obras urbanas para atender ao disposto nas Leis nº 10.048 e 10.098 e ao Decreto nº 5.296.

- **Universalização e programa Luz para Todos**

A Lei nº 10.438, de 26.04.2002, dispôs sobre a universalização do serviço público de energia



Distribuição

elétrica, sendo alterada pela Lei nº 10.762, de 11.11.2003. O Decreto nº 4.873, de 11.11.2003, instituiu o Programa Nacional do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "Luz para Todos", destinado a propiciar atendimento com energia elétrica à parcela da população do meio rural, voltada à agricultura familiar que ainda não possui acesso a esse serviço público, dando prioridade de atendimento aos quilombolas e outras minorias raciais, assentamentos rurais e comunidades indígenas, mediante encaminhamento pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra e Fundação Nacional do Índio - Funai, respectivamente.

Em 2009, foram ligados 16.756 novos consumidores, alcançando aproximadamente 60.000 desde o início do programa. A previsão é alcançar 78.500 ligações até dezembro de 2010, concluindo a universalização na área de concessão da Copel. Maiores informações na NE nº 16.b.

- **Programa Baixa Renda**

Esse Programa, em parceria com o Governo Federal, possibilita que os consumidores da classe residencial com ligação monofásica usufruam desconto na tarifa de energia, que pode chegar a 65%. Os descontos são fornecidos aos consumidores com média mensal de consumo de até 80 kWh (Resolução Aneel nº 246/2002) ou com média entre 80 e 220 kWh e inscritos em um dos programas sociais do Governo Federal, como o Bolsa Família (Resolução Aneel nº 485/2002).

A tabela a seguir apresenta o histórico de atendimento da Copel Distribuição a consumidores de baixa renda de 2007 a 2009:

Tarifa baixa renda	2009	2008	2007
Número de domicílios atendidos como "baixa renda" ⁽¹⁾	709.816	722.764	745.956
% do total de domicílios "baixa renda" no âmbito do total de domicílios atendidos (clientes/consumidores residenciais)	25,15	25,97	27,49

⁽¹⁾ média mensal

- **Criação de postos tarifários para a classe rural**

Tendo em vista o elevado consumo de outros tipos de energia na área rural, a Copel Distribuição institucionalizou a Tarifa Rural da Madrugada, com aplicação da mesma tarifa dos consumidores irrigantes para os da classe rural, atendidos em baixa tensão, com o objetivo de substituir tais energéticos pela energia elétrica, sem necessidade de investimentos adicionais na rede de distribuição e estimular o aumento do consumo da eletricidade durante a madrugada, contribuindo, dessa forma, para a melhoria do meio ambiente.



Distribuição

- **Programa Irrigação Noturna**

Realizado em conjunto com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, entre outros órgãos, o programa tem por objetivo incentivar aumento da produtividade agrícola mediante desconto na energia elétrica utilizada à noite – que varia de 60% a 70% no período de 21h30 às 6h – para acionamento de sistemas de irrigação, o que resulta em aumento da renda e melhoria de qualidade de vida do produtor rural, enquadrado no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf. Em 2009, 1.700 agricultores foram beneficiados pela tarifa especial de irrigação.

- **Programas Avicultura Noturna e Suinocultura Noturna**

Os programas, implementados por meio de Termos de Cooperação Técnica entre a Copel Distribuição e a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná - Seab, têm por objetivo incentivar os avicultores e suinocultores paranaenses, cadastrados como consumidores rurais do Grupo B, a utilizar a energia elétrica no período compreendido entre 21h30 e 6h, mediante desconto de 60% na tarifa, proporcionando minimização de custos e incremento da produção e exportação da carne de frango e suína no Estado do Paraná. Em 2009, foram beneficiados 3.350 avicultores e 23 suinocultores pela tarifa especial noturna.

- **Programa de Eficiência Energética - PEE**

A Copel desenvolve anualmente o Programa de Eficiência Energética - PEE, por meio do qual são aplicados recursos financeiros em projetos que têm como objetivo a promoção da eficiência energética no uso final da energia elétrica. Os critérios de investimento e tipos de projetos permitidos são estabelecidos pela Aneel e abrangem clientes do segmento residencial, industrial, comercial e poder público e ações que contemplam a melhoria da eficiência energética dos principais usos finais de energia elétrica.

Em 2009 foram aplicados cerca de R\$ 15,7 milhões em ações que contemplaram a melhoria da eficiência energética nas instalações de consumidores residenciais de baixa renda, entidades filantrópicas/assistenciais, prédios públicos (municipal, estadual e federal), indústrias, estabelecimentos comerciais e de serviços e em projetos educacionais.

- **Programa Luz Fraterna**

Programa em parceria com o Governo do Estado do Paraná, pelo qual os consumidores residenciais classificados como baixa renda e os consumidores residenciais rurais têm isenção total do pagamento da fatura, para consumos de até 100 kWh, cujo débito é assumido pelo



Distribuição

Governo do Estado. A média de famílias beneficiadas pelo programa em 2009 e 2008 foi respectivamente 223.313 e 237.633.

- **Programa Luz Legal**

O Programa Luz Legal, implementado através de convênio entre o Governo do Estado do Paraná, a Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar e a Copel Distribuição, tem o objetivo de regularizar o uso da energia elétrica em comunidades residentes em áreas de invasão, melhorando suas condições de cidadania e proporcionando segurança no uso da energia.

A Cohapar responsabiliza-se pela seleção das comunidades e regularização dos terrenos ocupados de forma irregular e a Companhia, na sequência, pela extensão de redes de distribuição de energia, quando necessário, e construção das entradas de serviço para medição da energia utilizada, as quais podem ser parceladas em 24 vezes sem juros e correção monetária, por meio da nota fiscal da fatura de energia. No período de 2003-2009, foram atendidas 4.604 unidades consumidoras.

6.5 Meio ambiente

As funções meio ambiente e responsabilidade social estão progressivamente se consolidando na Copel Distribuição. Em março de 2009, por iniciativa conjunta do acionista majoritário e do Conselho de Administração da Controladora, visando à efetiva implementação do Referencial Estratégico da Controladora, foi criada a Diretoria de Meio Ambiente e Cidadania Empresarial, que tem como atribuição coordenar os assuntos e as atividades socioambientais.

6.5.1 Controle de impactos ambientais

A identificação e avaliação de aspectos e impactos ambientais é realizada por meio de auditorias ambientais internas e externas periódicas, integradas com a “Política de Controle e Gestão de Riscos na Copel”. Os aspectos e impactos ambientais de novos projetos, atividades e empreendimentos são identificados por meio de Estudos Ambientais, compreendendo: Relatório Ambiental Simplificado - RAS e Relatório Ambiental Prévio - RAP.

- **Gerenciamento de TCs (Termos de Compromisso), TACs (Termo de Ajustamento de Conduta), multas e notificações socioambientais**

Desde 2007, é emitido trimestralmente relatório interno de acompanhamento de sanções relacionadas ao tema. Este relatório, mais que um monitoramento, é um instrumento de gestão que

permite o direcionamento de ações proativas para redução de exposição a sanções e melhoria do desempenho ambiental da Companhia. Em 2009, a Copel Distribuição recebeu as seguintes multas:

Subsidiária	Data	Local	Multas		Objeto
			Valor (R\$)	Situação	
Copel Distribuição	mai-09	Guapirama	5.000	Em recurso	Multa por queda de cabo energizado, causando incêndio em área agropastoril sem autorização ambiental
Copel Distribuição	mai-09	Guapirama	25.000	Em recurso	Multa por queda de cabo energizado, causando incêndio em área de regeneração natural em área de reserva legal
Copel Distribuição	out-09	Curitiba	3.009	Em recurso	Corte irregular de 340 m ² em área de vegetação nativa em área de servidão da Copel

6.5.2 Gestão socioambiental de ativos da distribuição

- **Programa socioambiental de arborização urbana**

O programa é desenvolvido em cooperação com prefeituras municipais, visando aprimorar a gestão da arborização das cidades, concebida a partir da compreensão de que somente a gestão integrada das redes e da arborização poderá maximizar os benefícios de ambas, promovendo a segurança, mitigação dos impactos das podas e melhoria da continuidade no fornecimento de energia.

Em 2009, foi executado o convênio com o município de Japira para substituição de árvores de risco e fornecimento de 1.000 mudas. Foram firmados convênios com os municípios de Ibiporã, Realeza e São João e iniciado o trâmite de convênio com outros 15 municípios. Eventos da Agenda Unificada do Estado destinaram 5.000 mudas para melhoria da qualidade ambiental de 24 municípios.

Ainda dentro desse programa há o curso de capacitação e qualificação de gestores e servidores municipais "Arborização urbana - A árvore certa no lugar certo", realizado desde 2007 em parceria com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU e o Instituto Ambiental do Paraná - IAP, que já capacitou 440 servidores em 169 municípios da área de concessão, sendo 131 servidores de 46 municípios somente em 2009. As palestras do "Programa Nacional de Capacitação de Gestores e Servidores Municipais sobre as Políticas Públicas de Meio Ambiente - PNC/PR", evento apoiado pela Copel, atingiram 1.600 servidores municipais.

O estande da Copel no 6º Encontro de Líderes Públicos atendeu mais de 100 municípios interessados em firmar parceria. Em 2009, foi publicada e distribuída a todas as prefeituras da área de concessão a 2ª edição do "Guia de Arborização de Vias Públicas - Guia para os municípios". Trata-se de um manual prático e acessível com orientações sobre as espécies de árvores mais

adequadas às diferentes necessidades urbanas e os cuidados no plantio e na condução, de forma a harmonizar o convívio entre as árvores e a rede pública de eletricidade.

- **Tecnologias de redes de distribuição de energia**

Os impactos socioambientais mais significativos das redes de distribuição são riscos de acidentes com terceiros, conflitos com a arborização, e poluição visual. Para mitigar estes impactos, a Copel Distribuição adota tecnologias substitutivas às redes nuas, que já representam 22,9% das redes urbanas e 0,5% das rurais.

Redes de Distribuição Compacta Protegida - RDC e Redes de Distribuição Secundária Isolada - RSI

Minimizam a área de interferência com a vegetação e a necessidade de poda das árvores, permitindo maior proximidade dos galhos, sem o risco de provocar interrupções. Representam 71,6% e 12,1% do total de redes urbanas e rurais construídas em 2009, respectivamente.

Rede Subterrânea

A rede subterrânea, além do baixo impacto na arborização, é a de melhor aspecto estético, mitigando o impacto visual das redes aéreas e melhorando o conforto e a qualidade de vida da população. A Companhia conta hoje com mais de 75 km de rede de média e 205 km de rede de baixa tensão. Muitos empreendimentos estão em fase de implantação, a exemplo de: Parque Nacional do Iguazu (13 km); comunidades no litoral do Paraná (33 km) e Novo Centro no município de Maringá (1 km). A Copel, em parceria com projetistas, empreendedores e fornecedores, também estuda e viabiliza redes subterrâneas no interior de condomínios residenciais.

Rede isolada

O isolamento e compactação minimizam as podas e o impacto na paisagem, e permitem contato permanente com arborização, sem interrupções e com baixo risco de acidentes. Em 2009, foi implantado um projeto piloto em frente à PUC-PR, em Curitiba.

- **Substituição de óleo mineral por óleo vegetal isolante**

Em 2009, a Copel Distribuição instalou no entorno do lago de Cascavel, principal fonte de abastecimento hídrico da cidade, 15 transformadores com óleo vegetal isolante, visando à prevenção de danos ambientais às águas subterrâneas e superficiais, que poderiam ocorrer em decorrência de acidentes ou vandalismo nestes equipamentos. À procura de um novo fluido vegetal isolante que não faça parte da cadeia alimentícia, a Companhia iniciou em 2009 estudos para avaliação de fluido dielétrico proveniente de oleaginosas, tais como crambe e pinhão manso.

6.5.3 Emissões e resíduos

- **Emissões**

Iniciativas para reduzir emissões de gases do efeito estufa - GEE

Em 2008, a Controladora aderiu ao Programa Brasileiro *GHG Protocol*, que visa constituir plataforma nacional para publicação dos inventários de GEE corporativos e organizacionais, compatíveis com o estado da arte internacional, adaptando-os ao contexto nacional. Em 2009, a Companhia elaborou e divulgou seu primeiro inventário corporativo de GEE.

Em 2010, será elaborado o segundo inventário de GEE e divulgada a plataforma Copel de enfrentamento das mudanças climáticas, contemplando riscos, oportunidades e mecanismos de compensação e redução de emissões de GEE.

- **Resíduos**

Em 2009 foi editada norma que estabelece regras para a redução na produção de resíduos e o correto manejo de resíduos gerados na Copel Distribuição.

Desde 2005, a Copel Distribuição destina sucata de cabos de alumínio para reprocessamento, originando a matéria prima para a produção de cabo novo, com menores custos. Com esta ação elimina-se a possibilidade de fraude pela emissão de nota fiscal de venda de sucata que poderia ser usada para legalizar material irregular. Em 2009, foram destinadas 1.280 toneladas de sucata de cabo de alumínio, com retorno de 970 km de cabo isolado e 400 toneladas de cabo nu.

Também foram recuperados 94.709 medidores, equivalente a 92% dos medidores danificados retirados de instalações consumidoras. Com isto, a Copel Distribuição fomenta o reuso de medidores, minimizando a entrada de materiais e o volume de resíduos gerados. Antes do retorno ao estoque, os medidores passam por ensaios metrológicos em posto da Companhia, autorizado pelo Inmetro.

6.5.4 Programa de Gestão da Biodiversidade

É um programa da Controladora, que tem como estratégias: **a)** transformar em Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN áreas próprias que não as de preservação permanente ou reserva legal; **b)** estimular a recuperação ambiental de áreas próprias, representativas das regiões fitogeográficas do Estado e conservar a biodiversidade das bacias hidrográficas formadoras de seus reservatórios; **c)** contribuir para a formação dos corredores de biodiversidade do Paraná; **d)**



Distribuição

incentivar adoção de ações mitigatórias de impactos sobre a biodiversidade em seus projetos. Entre os projetos realizados, destacamos:

- **Projeto Dunas e Restingas**

Coordenado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Sema e pelo IAP, conta também com ativa participação da Copel Distribuição. A restinga é considerada Área de Preservação Permanente (APP), o que garante a preservação da orla. Em 2009, a Copel, a Sema e o Batalhão de Polícia Ambiental do Estado assinaram protocolo de intenções doando às Associações de Surf, idealizadoras do projeto, 5,1 mil postes de eucalipto para isolamento de áreas de restinga e de formação de dunas. A iniciativa contribui para o retorno da biodiversidade e educação ambiental da população.

- **Conservação de bosque nativo em Curitiba**

A Copel ocupa, desde 1976, uma fração de um terreno de 94 mil m² em uma região nobre e central da cidade de Curitiba, conservando nele um remanescente de bosque nativo de aproximadamente 50 mil m². Este bosque é o remanescente da mata que tomava toda a região, reduzida pelo processo de urbanização da cidade. A Copel iniciou em 2009 estudos para projeto de ampliação das edificações do local, em conformidade com a legislação, com a Prefeitura de Curitiba e com o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC, tendo como premissa a conservação do bosque. Neste ano ocorreu o primeiro diálogo com a comunidade acerca do novo projeto e seus possíveis impactos.

6.5.5 Fonte de energia renovável

A Copel Distribuição tem o desafio de estudar e prospectar oportunidades de negócios com fontes não agressivas ao patrimônio natural, renováveis, não poluentes, geradoras de renda e fomentadores do desenvolvimento da sociedade.

O principal projeto em desenvolvimento é o veículo elétrico. Desde 2007, a Copel Distribuição participa do projeto de pesquisa de viabilidade técnica e econômica de veículos movidos a eletricidade, Projeto VE, desenvolvido e gerido pela Itaipu Binacional e Kraftwerk Oberhasli AG - KWO.

6.5.6 Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e Científico (P&D)

Em 2009, a Copel Distribuição investiu R\$ 10,8 milhões em 39 projetos referentes à pesquisa e desenvolvimento em distribuição de energia. Destaca-se o estudo de "Óleos ecológicos", que tem o



Distribuição

com objetivo de avaliar a aplicação de óleos vegetais à base de ésteres, de origem nacional, como os de girassol, soja, arroz e mamona, como fluidos isolantes em transformadores de distribuição. Investimento de R\$ 0,6 milhão. Maiores informações de P&D encontram-se no site www.copel.com.

6.6 Balanço Social

BALANÇO SOCIAL ANUAL - Modelo IBASE

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

					Copel Distribuição									
1 - BASE DE CÁLCULO					2009				2008					
NE 27 e														
28	Receita Líquida - RL				3.890.081					3.765.918				
	Resultado Operacional - RO				377.010					732.026				
NE 29.c	Folha de Pagamento Bruta - FPB				488.038					441.298				
	Valor Adicionado Total - VAT				3.742.433					3.772.933				
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS					% Sobre:			% Sobre:						
						FPB	RL	VAT			FPB	RL	VAT	
	Alimentação (Auxílio alimentação e outros)				51.681	10,6	1,3	1,4			44.589	10,1	1,2	1,2
NE 29.c	Encargos sociais compulsórios				118.809	24,4	3,2	3,2			107.479	24,5	2,9	2,9
NE 21.c	Plano previdenciário				(15.174)	(3,1)	(0,4)	(0,4)			16.071	3,6	0,4	0,4
NE 21.c	Saúde (Plano assistencial)				44.907	9,2	1,2	1,2			16.288	3,7	0,4	0,4
	Segurança e medicina no trabalho				4.008	0,8	0,1	0,1			2.952	0,7	0,1	0,1
	Educação				1.927	0,4	-	0,1			1.931	0,4	0,1	0,1
	Cultura				550	0,1	-	-			533	0,1	-	-
	Capacitação e desenvolvimento profissional				8.258	1,7	0,2	0,2			7.713	1,7	0,2	0,2
	Auxílio creche				480	0,1	-	-			430	0,1	-	-
NE 29.c	Participação nos lucros e/ou resultados				46.102	9,5	1,2	1,2			45.580	10,3	1,2	1,2
NE 29.c	Indenizações Trabalhistas				36.311	7,4	0,9	1,0			(658)	(0,1)	-	-
(1)	Outros benefícios				1.129	0,2	-	-			1.471	0,3	-	-
	Total				298.988	61,3	7,7	8,0			244.379	55,4	6,5	6,5

NE - Nota Explicativa

(continuação)

		Copel Distribuição							
		2009			2008				
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS		% Sobre:			% Sobre:				
		RO	RL	VAT	RO	RL	VAT		
NE 29.g	Cultura (Lei Rouanet e FIA)	1.169	0,3	(0,1)	-	2.202	0,3	-	0,1
	Saúde e saneamento	107.872	28,6	2,8	2,9	93.123	12,7	2,5	2,4
	Programa Luz para Todos	99.812	26,5	2,6	2,7	87.570	12,0	2,4	2,3
	Programa Tarifa Noturna	8.048	2,1	0,2	0,2	5.282	0,7	0,1	0,1
	Outros programas	12	-	-	-	271	-	-	-
	Outros	350	0,1	-	-	594	0,1	-	-
NE 29.g	Fundo dos direitos da criança e do adolescente	200	0,1	-	-	580	0,1	-	-
	Outros	150	-	-	-	14	-	-	-
	Total das contribuições para a sociedade	109.391	29,0	2,7	2,9	95.919	13,1	2,5	2,5
	Tributos (excluídos encargos sociais)	2.745.612	728,3	70,6	73,4	2.559.015	349,6	68,0	67,8
	Total	2.855.003	757,3	73,3	76,3	2.654.934	362,7	70,5	70,3
4 - INDICADORES AMBIENTAIS		% Sobre:			% Sobre:				
		RO	RL	VAT	RO	RL	VAT		
	Investimentos relacionados com as operações da empresa	132.108	35,0	3,4	3,5	104.332	14,3	2,8	2,8
	PEE e P&D	51.394	13,6	1,3	1,4	28.915	4,0	0,8	0,8
	Gestão de resíduos	1.798	0,5	-	-	934	0,1	-	-
	Rede Compacta	78.691	20,8	2,1	2,1	74.332	10,2	2,0	2,0
	Programas de proteção de Fauna e Flora	225	0,1	-	-	151	-	-	-
	Investimentos em programas e/ou projetos externos	382	0,1	-	-	41	-	-	-
	Educação Ambiental	367	0,1	-	-	-	-	-	-
	Outros programas	15	-	-	-	41	-	-	-
	Total	132.490	35,1	3,4	3,5	104.373	14,3	2,8	2,8
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:		() não possui metas			(x) não possui metas				
		() cumpre de 0 a 50%			() cumpre de 0 a 50%				
		() cumpre de 51 a 75%			() cumpre de 51 a 75%				
		(X) cumpre de 76 a 100%			() cumpre de 76 a 100%				

NE - Nota Explicativa

(continuação)

		Copel Distribuição		
		2009		2008
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL				
(2)	Empregados no final do período	6.554		6.508
	Escolaridade dos empregados(as):	<u>Total</u>	<u>Homens</u>	<u>Mulheres</u>
	Total Superior e extensão universitária	2.473	1.761	712
	Total 2º Grau	3.719	3.223	496
	Total 1º Grau	362	337	25
	Faixa etária dos empregados(as):			
	Abaixo de 30 anos	1.445		1.598
	De 30 até 45 anos (exclusive)	2.899		2.723
	Acima de 45 anos	2.210		2.187
	Admissões durante o período	553		370
	Mulheres que trabalham na empresa	1.233		1.140
	% Mulheres em cargos gerenciais:			
	em relação ao nº total de mulheres	4,0		3,2
	em relação ao nº total de gerentes	15,8		12,5
	Negros(as) que trabalham na empresa	733		689
	% Negros(as) em cargos gerenciais:			
	em relação ao nº total de negros(as)	2,3		2,6
	em relação ao nº total de gerentes	5,5		6,3
	Portadores(as) de necessidades especiais	61		55
	Dependentes	15.018		15.306
(3)	Estagiários(as)	697		409
	Terceirizados	4.228		4.306
		2009	Metas 2010	
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL				
	Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	27		27
	Número total de Acidentes de Trabalho	242	<	158
	Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	direção e gerências		direção e gerências
	Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	todos(as) + Cipa		todos(as) + Cipa
	Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	incentiva e segue a OIT		incentivará e seguirá a OIT
	A previdência privada contempla:	todos(as) empregados(as)		todos(as) empregados(as)
	A participação dos lucros ou resultados contempla:	todos(as) empregados(as)		todos(as) empregados(as)
	Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	são sugeridos		serão sugeridos
	Quanto à participação dos empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	organiza e incentiva		organizará e incentivará

(continuação)	2009	Copel Distribuição	
		Metas	2010
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):			
na empresa	141.764		140.175
no Procon	358		354
na Justiça	1.588		1.570
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:			
na empresa	100,0%		100,0%
no Procon	91,3%		95,0%
na Justiça	23,9%		35,0%
% da representatividade das reclamações e críticas de consumidores(as) em relação ao total de unidades consumidoras:			
na empresa	3,91%		3,75%
no Procon	0,01%		0,01%
na Justiça	0,04%		0,04%

	2009	Copel Distribuição	
		2008	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA) :			
Financiadores	2,8%		4,8%
Pessoal	12,9%		10,8%
Governo	75,8%		70,0%
Acionistas	5,0%		4,4%
Retido	3,5%		10,0%

7 - OUTRAS INFORMAÇÕES

(1) O item Outros benefícios é composto por: Auxílio doença complementar, Seguros, Vale transporte excedente e Auxílio invalidez e Morte acidental.

(2) No cômputo da força de trabalho estão incluídos 66 menores aprendizes em 2009, e 72 em 2008.

(3) Com a publicação da Lei de Estágio, nº 11.788 de 25/09/2008, o processo de admissão de estagiários ficou suspenso devido aos ajustes para adequação à nova legislação, ocorrendo somente desligamentos de estagiários. A partir de fevereiro de 2009 o processo de admissão retornou à normalidade, justificando assim o aumento do número de estagiários em relação a 2008.

- As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.
- A Copel Distribuição é uma subsidiária integral da Copel, companhia pertencente ao Setor Energético, atuante no Estado do Paraná com CNPJ nº 04.368.898/0001-06.
- A Copel Distribuição não contrata mão-de-obra infantil (exceção para o programa de inserção do menor aprendiz, Lei 10.097/00) ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.
- Nossa companhia valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.
- Para maiores esclarecimentos sobre as informações declaradas:
Superintendência Contábil - Enio Cesar Pieczarka - tel 41-3331-2160 e-mail: enio@copel.com



Distribuição

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO FISCAL

Presidente OSMAR ALFREDO KOHLER
Membros HERON ARZUA
WILSON PORTES

DIRETORIA

Diretor Presidente e Diretor de Administração RUBENS GHILARDI
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores ANTONIO RYCHETA ARTEN
Diretor de Distribuição RONALD THADEU RAVEDUTTI
Diretor Jurídico PAULO ROBERTO TROMPCZYNSKI
Diretor de Engenharia LUIZ ANTONIO ROSSAFA
Diretora de Meio Ambiente e Cidadania Empresarial MARLENE ZANNIN
Diretor Adjunto ELZIO BATISTA MACHADO

CONTADOR

Contador - CRC-PR-024769/O-3 ENIO CESAR PIECZARKA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Copel Distribuição S.A. foi extinto através de sua 5ª Assembleia Geral Extraordinária, ratificada pela 119ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Companhia Paranaense de Energia – Copel.



Copel Distribuição S.A.

CNPJ/MF 04.368.898/0001-06

Inscrição Estadual 90.233.073-99

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel

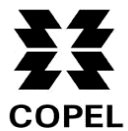
www.copel.com copel@copel.com

Rua José Izidoro Biazetto, 158 - Bloco C - Mossungue - Curitiba - PR

CEP 81200 -240

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2009



Distribuição



SUMÁRIO

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	4
Balancos Patrimoniais	4
Demonstrações do Resultado.....	6
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	8
Demonstrações do Valor Adicionado.....	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	12
1 Contexto Operacional	12
2 Concessões	12
3 Apresentação das Demonstrações Contábeis.....	12
4 Alterações nas Práticas Contábeis Brasileiras	13
5 Principais Práticas Contábeis.....	14
6 Caixa e Equivalentes de Caixa.....	20
7 Consumidores, Concessionárias e Permissionárias, Líquidos.....	21
8 Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná.....	23
9 Impostos e Contribuições Sociais	24
10 Conta de Compensação da "Parcela A"	28
11 Outros Ativos e Passivos Regulatórios.....	30
12 Cauções e Depósitos Vinculados	32
13 Outros Créditos.....	32
14 Estoques.....	32
15 Depósitos Judiciais	33
16 Imobilizado.....	33
17 Intangível	38
18 Empréstimos e Financiamentos	39
19 Fornecedores.....	42
20 Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas	43
21 Benefícios Pós-Emprego.....	44
22 Encargos do Consumidor a Recolher	46
23 Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	47
24 Outras Contas a Pagar	48
25 Provisões para Contingências.....	48
26 Patrimônio Líquido	51
27 Receita Operacional.....	52
28 Deduções da Receita Operacional.....	53
29 Custos e Despesas Operacionais	53
30 Resultado Financeiro	58
31 Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.....	58
32 Instrumentos Financeiros.....	60
33 Transações com Partes Relacionadas	64
34 Seguros.....	65
35 Gastos em Meio Ambiente	66
36 Demonstração do Resultado Segregado por Atividade	68
PARECER DO CONSELHO FISCAL DA COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A. SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO, BALANÇO PATRIMONIAL, DEMAIS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PROPOSTA DA DIRETORIA PARA DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO	69



Distribuição

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balancos Patrimoniais

levantados em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	NE nº	2009	2008
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	6	192.468	354.286
Consumidores, concessionárias e permissionárias, líquidos	7	835.788	759.209
Serviços em curso		73.975	54.224
Repasse CRC ao Governo Estado do Paraná	8	49.549	47.133
Impostos e contribuições sociais	9	202.283	141.399
Conta de compensação da "parcela A"	10	218.500	111.098
Outros ativos regulatórios	11	17.526	31.511
Cauções e depósitos vinculados	12	19.626	37.208
Outros créditos	13	22.565	19.504
Estoques	14	76.170	48.150
		1.708.450	1.603.722
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Consumidores, concessionárias e permissionárias, líquidos	7	51.377	81.855
Repasse CRC ao Governo Estado do Paraná	8	1.205.025	1.272.770
Impostos e contribuições sociais	9	279.166	241.987
Conta de compensação da "parcela A"	10	98.963	53.494
Outros ativos regulatórios	11	-	11.085
Cauções e depósitos vinculados	12	24.195	37.868
Depósitos judiciais	15	38.098	64.698
Outros créditos	13	4.611	4.709
		1.701.435	1.768.466
Investimentos		4.250	2.474
Imobilizado	16	2.474.528	2.081.585
Intangível	17	40.410	27.423
		4.220.623	3.879.948
TOTAL DO ATIVO		5.929.073	5.483.670

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.



Distribuição

Balancos Patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 (Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO	NE nº	2009	2008
CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	18	12.490	14.313
Fornecedores	19	433.800	415.006
Impostos e contribuições sociais	9	282.590	206.295
Dividendos a pagar		206.481	141.100
Folha de pagamento e provisões trabalhistas	20	139.562	109.161
Benefícios pós-emprego	21	15.501	15.106
Conta de compensação da "parcela A"	10	25.020	28.327
Outros passivos regulatórios	11	8.315	14.512
Encargos do consumidor a recolher	22	25.732	39.575
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	23	106.761	93.506
Outras contas a pagar	24	42.806	47.174
		1.299.058	1.124.075
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	18	147.224	153.326
Provisões para contingências	25	229.129	191.483
Coligadas e controladas	33	658.724	597.227
Impostos e contribuições sociais	9	82.114	20.869
Benefícios pós-emprego	21	241.546	278.005
Conta de compensação da "parcela A"	10	25.020	2.373
Outros passivos regulatórios	11	26	7.257
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	23	70.565	66.755
Outras contas a pagar		-	15
		1.454.348	1.317.310
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	26	2.624.841	2.171.928
Reservas de lucros		550.826	870.357
		3.175.667	3.042.285
TOTAL DO PASSIVO		5.929.073	5.483.670

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

	NE nº	2009	2008
RECEITA OPERACIONAL	27		
Fornecimento de energia elétrica		3.096.604	2.804.767
Suprimento de energia elétrica		63.841	60.722
Disponibilidade da rede elétrica		3.471.023	3.330.176
Outras receitas operacionais		71.381	68.392
		6.702.849	6.264.057
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	28	(2.812.768)	(2.498.139)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		3.890.081	3.765.918
CUSTOS OPERACIONAIS			
Custo com energia elétrica	29		
Energia elétrica comprada para revenda		(1.930.130)	(1.763.470)
Encargos de uso da rede elétrica		(490.646)	(366.561)
		(2.420.776)	(2.130.031)
Custo de operação	29		
Pessoal		(453.335)	(384.158)
Planos previdenciário e assistencial		(21.956)	(23.158)
Material		(42.205)	(36.151)
Serviços de terceiros		(165.447)	(129.719)
Depreciação e amortização		(145.788)	(158.816)
Outros custos de operação		(567)	2.585
		(829.298)	(729.417)
Custo do serviço prestado a terceiros	29		
Pessoal		(1.072)	(62)
Material		(2.101)	(942)
Serviços de terceiros		(2.442)	(384)
		(5.615)	(1.388)
		(3.255.689)	(2.860.836)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		634.392	905.082
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	29		
Despesas com vendas		(38.733)	(31.279)
Despesas gerais e administrativas		(232.234)	(177.078)
Outras receitas (despesas), líquidas		(113.793)	(85.147)
		(384.760)	(293.504)
RESULTADO DO SERVIÇO		249.632	611.578
RESULTADO FINANCEIRO	30		
Receitas financeiras		228.294	300.551
Despesas financeiras		(100.916)	(180.103)
		127.378	120.448
RESULTADO OPERACIONAL		377.010	732.026
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		377.010	732.026
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	9		
Imposto de renda e contribuição social		(27.270)	(100.483)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(30.027)	(87.169)
		(57.297)	(187.652)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		319.713	544.374
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO - R\$		0,1218	0,2506

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais)

		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2007	NE nº	2.171.928	39.070	452.913	-	2.663.911
Lucro líquido do exercício		-	-	-	544.374	544.374
Destinação proposta à A.G.O.:						
Reserva legal	26.b		27.219	-	(27.219)	-
Juros sobre o capital próprio	26.c	-	-	-	(166.000)	(166.000)
Reserva para investimentos	26.b	-	-	351.155	(351.155)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2008		2.171.928	66.289	804.068	-	3.042.285
Aumento de capital social		452.913	-	(452.913)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	319.713	319.713
Destinação proposta à A.G.O.:						
Reserva legal	26.b		15.985	-	(15.985)	-
Juros sobre o capital próprio	26.c	-	-	-	(186.331)	(186.331)
Reserva para investimentos	26.b	-	-	117.397	(117.397)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2009		2.624.841	82.274	468.552	-	3.175.667

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.



Distribuição

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais)

	NE nº	2009	2008
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		319.713	544.374
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais:			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	29.f	15.971	10.288
Depreciação	16	163.482	173.946
Amortização de intangível	17	1.703	2.135
Variações monetárias e cambiais não realizadas - líquidas		(25.382)	(108.155)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.a	30.027	87.169
Variações na conta de compensação da "parcela A" - líquidas	10.b	(113.154)	(204.425)
Variações em outros ativos e passivos regulatórios - líquidas		11.912	(26.932)
Parcelamento Refis - Lei nº 11.941/2009	9.d	49.206	-
Provisões para contingências	29.f	86.915	65.028
Reversão de provisão para benefícios pós-emprego	21.c	(28.442)	(21.743)
Provisão para pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	23	22.654	-
Baixas de imobilizado - líquidas	16	19.277	10.709
Baixas de intangível - líquidas	17	243	456
Redução (aumento) dos ativos			
Consumidores e revendedores		(63.320)	109.249
Serviços em curso		(19.751)	(10.329)
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	8.b	130.967	120.048
Impostos e contribuições sociais		(52.748)	(51.111)
Depósitos judiciais		130	(9.613)
Estoques		(28.020)	(3.477)
Outros créditos		(2.709)	12.036
Aumento (redução) dos passivos			
Empréstimos e financiamentos - juros pagos		(14.230)	(15.750)
Provisões para contingências	25	(23.430)	(14.979)
Fornecedores		18.794	93.461
Impostos e contribuições sociais		12.221	11.058
Folha de pagamento e provisões trabalhistas		30.401	9.373
Benefícios pós-emprego	21.c	(7.622)	(7.136)
Encargos do consumidor a recolher		(13.843)	10.823
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética		(16.710)	(2.091)
Outras contas a pagar		(4.383)	(8.566)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		499.872	775.846

(continua)



Distribuição

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais)

(continuação)

	NE nº	2009	2008
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Cauções e depósitos vinculados		17.434	(12.191)
Adições no imobilizado	16	(640.256)	(495.197)
Adições no intangível	17	(14.933)	(2.464)
Participação financeira dos consumidores	16	57.421	84.411
Venda de imobilizado	16	5.988	10.255
Caixa líquido utilizado pelas atividades de investimento		(574.346)	(415.186)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos obtidos com partes relacionadas		15.000	-
Empréstimos obtidos com terceiros	18	27.994	32.512
Empréstimos e financiamentos - amortização de principal		(9.388)	(9.466)
Contrato de mútuo com a Controladora - amortização de principal		-	(140.750)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(120.950)	(203.219)
Caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamento		(87.344)	(320.923)
Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa		(161.818)	39.737
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	6	354.286	314.549
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	6	192.468	354.286
Variação no caixa e equivalentes de caixa		(161.818)	39.737

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

Informações adicionais sobre os fluxos de caixa

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido pagos	85.335	135.279
--	--------	---------

Demonstrações do Valor Adicionado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais)

	NE nº	2009	2008
Receitas			
Venda de energia, serviços e outras receitas	27	6.702.849	6.264.057
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	29.f	(15.971)	(10.288)
Outros resultados operacionais		(14.715)	(6.942)
Total		6.672.163	6.246.827
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Energia elétrica comprada para revenda	29.a	2.128.382	1.931.223
Encargos de uso da rede elétrica (-) ESS	29.b	432.016	342.429
Material, insumos e serviços de terceiros		313.033	258.651
Encargos de capacidade emergencial		31	67
Outros insumos		122.055	65.994
Total		2.995.517	2.598.364
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO		3.676.646	3.648.463
(-) Depreciação e amortização	29	165.185	176.081
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		3.511.461	3.472.382
(+) Valor adicionado transferido			
Receitas financeiras e desp. financeiras negativas	30	230.972	300.551
Total		230.972	300.551
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		3.742.433	3.772.933

(continua)

Demonstrações do Valor Adicionado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais)

(continuação)

	NE nº	2009	%	2008	%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO :					
Pessoal					
Remunerações e honorários	29.c	369.776		334.300	
Planos previdenciário e assistencial	21	24.993		27.464	
Auxílio alimentação e educação	29.c	42.122		37.590	
Encargos sociais - FGTS		26.520		23.937	
Indenizações trabalhistas (reversões)	29.c	36.311		(658)	
Participação nos lucros e/ou resultados	29.c	46.102		45.580	
Transferências para imobilizado em curso	29.c	(64.070)		(61.909)	
Total		481.754	12,9	406.304	10,8
Governo					
Federal		1.124.668		1.122.561	
Estadual		1.712.550		1.518.908	
Municipal		683		1.087	
Total		2.837.901	75,8	2.642.556	70,0
Financiadores					
Juros e multas		94.053		171.458	
Arrendamentos e aluguéis	29.g	9.012		8.241	
Total		103.065	2,8	179.699	4,8
Acionistas					
Remuneração do capital próprio	26.c	186.331		166.000	
Lucros retidos na empresa	26.c	133.382		378.374	
Total		319.713	8,5	544.374	14,4
		3.742.433	100,0	3.772.933	100,0

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto Operacional

A Copel Distribuição S.A. (Copel Distribuição ou Companhia) é uma sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel (Copel ou Controladora). Explora a distribuição e a comercialização regulada de energia elétrica a 1.109 localidades, pertencentes aos 392 dos 399 municípios no Estado do Paraná, e também ao município de Porto União, no Estado de Santa Catarina.

2 Concessões

O contrato de concessão firmado entre a Copel Distribuição e a Aneel, de junho de 1999, tem prazo de vencimento previsto para julho de 2015, com possibilidade de prorrogação por mais 20 anos, a critério do Poder Concedente. Para fins operacionais, a área de concessão foi dividida em 5 regionais, a saber: Noroeste, Oeste, Leste, Centro Sul e Norte.

3 Apresentação das Demonstrações Contábeis

A autorização para a emissão das demonstrações contábeis ocorreu na Reunião da Diretoria da Controladora realizada em 15.03.2010.

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, alterada pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, conjugadas com a legislação específica da Aneel e regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Não foram identificados ajustes que modificassem o resultado e o patrimônio líquido apresentados em 31.12.2008.



4 Alterações nas Práticas Contábeis Brasileiras

Com o advento da Lei nº 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS), novas normas e pronunciamentos técnicos contábeis vêm sendo expedidos, em consonância com os padrões internacionais de contabilidade pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Até a data de preparação destas demonstrações financeiras, 27 novos pronunciamentos técnicos haviam sido emitidos pelo CPC e aprovados por Deliberações da CVM, para aplicação mandatória a partir de 2010. Os CPCs e as interpretações técnicas - ICPCs que serão aplicáveis para a Companhia, considerando-se suas operações, são:

CPC / ICPC	Título
CPC 15	Combinação de negócios
CPC 16	Estoques
CPC 18	Investimento em coligada e em controlada
CPC 19	Investimento em empreendimento controlado em conjunto (Joint Venture)
CPC 20	Custos de empréstimos
CPC 22	Informação por segmento
CPC 23	Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro
CPC 24	Evento subsequente
CPC 25	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
CPC 26	Apresentação das demonstrações contábeis
CPC 27	Ativo imobilizado
CPC 30	Receitas
CPC 31	Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada
CPC 32	Tributos sobre o lucro
CPC 33	Benefício a empregados
CPC 37	Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade (IFRS 1)
CPC 38	Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração
CPC 39	Instrumentos financeiros: apresentação
CPC 40	Instrumentos financeiros: evidenciação
CPC 43	Adoção inicial dos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 40
ICPC 01	Contratos de concessão (IFRIC 12)
ICPC 03	Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27)
ICPC 08	Contabilização da proposta de pagamento de dividendos
ICPC 09	Demonstrações contábeis individuais, demonstrações contábeis separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial
ICPC 10	Interpretação sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado e à propriedade para investimento dos pronunciamentos técnicos CPCs 27,28,37 e 43

A Administração da Companhia está analisando os impactos das alterações introduzidas por esses novos pronunciamentos. No caso de ajustes decorrentes de adoção das novas práticas contábeis a partir de 1º.01.2010, a Companhia avaliará a necessidade de remensurar os efeitos que seriam produzidos em suas demonstrações financeiras de 2009, para fins de comparação, caso esses novos pronunciamentos já estivessem em vigor desde o início do exercício findo em 31.12.2009.



5 Principais Práticas Contábeis

a) Práticas Contábeis Gerais

1) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

2) Consumidores, concessionárias e permissionárias

Englobam o fornecimento e o suprimento de energia faturada e a estimativa de energia fornecida não faturada até o encerramento do balanço, contabilizados com base no regime de competência.

3) Materiais em estoque (inclusive do ativo imobilizado)

Os materiais no almoxarifado, classificados no ativo circulante, estão registrados pelo custo médio de aquisição e aqueles destinados a investimentos, classificados no ativo imobilizado, pelo custo de aquisição (os bens de massa, como postes e cabos elétricos, são registrados pelo custo médio). Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou valores de realização.

4) Avaliação do valor de recuperação dos ativos

Os bens do imobilizado e intangível são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

5) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são atualizados pelas variações monetárias e cambiais incorridas até a data do balanço, incluindo juros e demais encargos previstos contratualmente, pelo custo amortizado.



Distribuição

6) Impostos e contribuições

As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas a tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e Imposto sobre Serviços - ISS às alíquotas vigentes, assim como a tributação pelo Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Cofins e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - Pasep.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/Pasep e da Cofins são apresentados deduzidos do custo das mercadorias vendidas na demonstração do resultado.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

A tributação sobre o lucro compreende o Imposto de Renda e a Contribuição Social, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, sendo 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 240 anuais, para o Imposto de Renda, e 9% para a Contribuição Social. Portanto, as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da Contribuição Social são reconhecidos somente na possibilidade de existir base tributável positiva que possa ser utilizada. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos foram mensurados a partir dos prejuízos fiscais, base negativa de Contribuição Social e diferenças temporárias, aplicando-se as alíquotas vigentes dos citados tributos, e consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, descontados a valor presente, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração da Controladora.

A companhia, conforme facultado pela Medida Provisória nº 449/2008, optou pelo Regime Tributário de Transição - RTT para os anos de 2008 e 2009.

7) Planos previdenciário e assistencial

Os custos associados aos planos previdenciário e assistencial com a Fundação Copel são reconhecidos em conformidade com a Deliberação CVM nº 371, de 13.12.2000.

8) Provisões para contingências

Estão registradas até a data do balanço pelo montante provável de perda, observada a natureza de cada contingência.



Distribuição

9) Outros direitos e obrigações

Demais ativos e passivos, quando legal ou contratualmente exigidos, estão atualizados até a data do balanço.

10) Uso de estimativas

A preparação de demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Companhia faça estimativas e adote premissas que, de fato, afetem os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data do balanço patrimonial e os valores reportados de receitas e despesas. Os resultados concretos desses fatos podem divergir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para créditos de liquidação duvidosa, vida útil do imobilizado, redução do valor recuperável de ativos não circulantes, provisões para contingências, Imposto de Renda, premissas de plano de aposentadoria e benefícios pós-emprego, fornecimento de energia não faturada e transações envolvendo a compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, das quais o faturamento e liquidação final estão sujeitos à revisão de seus participantes.

11) Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência, ou seja, quando os produtos são entregues e os serviços efetivamente prestados, independentemente de recebimento ou pagamento.

As receitas operacionais são reconhecidas quando: **(i)** o valor das vendas é mensurável de forma confiável; **(ii)** os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; **(iii)** é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos pela Companhia; e **(iv)** os riscos e benefícios tenham sido integralmente transferidos ao comprador.

A receita financeira é reconhecida em base *pro rata dia* com base no método da taxa de juros efetiva ou, quando aplicável, pelas variações de mercado dos instrumentos financeiros correspondentes.

12) Lucro líquido por ação

O lucro líquido por ação é determinado com base na quantidade de ações do capital social integralizado na data do balanço.



Distribuição

13) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia.

b) Práticas Contábeis Regulatórias - Específicas do Setor Elétrico

1) Diferimentos de custos de distribuição

O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos da Copel Distribuição relacionados à compra de energia e encargos regulatórios através de repasse anual. Seguindo orientação da Aneel, a Copel Distribuição contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios diferidos, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O ativo e passivo regulatórios diferidos serão realizados quando o Poder Concedente autorizar o repasse na base tarifária da Copel Distribuição, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

2) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

A PCLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

É constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, conforme definido no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Engloba os recebíveis faturados, até o encerramento do balanço, contabilizados com base no regime de competência.



Distribuição

3) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro conforme determina a portaria Dnaee nº 815, de 30.11.1994, complementada pela Resolução Aneel nº 15, de 24.12.1997. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução Normativa Aneel nº 240, de 05.12.2006, substituída pela Resolução Normativa nº 367, de 26.06.2009.

4) Imobilizado em curso

Os gastos de administração central são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados através do mecanismo de tarifas e preços.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao imobilizado em andamento, são apropriados às imobilizações em curso durante o período de construção.

5) Obrigações especiais

Em atendimento à Instrução Contábil nº 6.3.23 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, as obrigações especiais vinculadas à concessão, correspondentes às contribuições recebidas dos governos (federal, estadual ou municipal), bem como dos consumidores em geral para investimentos realizados em instalações do sistema elétrico, são registradas nos livros em subgrupo específico do Passivo não circulante e apresentadas como conta redutora do ativo imobilizado. A amortização é calculada utilizando-se a mesma taxa média da depreciação dos ativos correspondentes.

6) Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou desenvolvimento. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

7) Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculadas em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.



Distribuição

8) Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela Entidade ou por estimativa preparada pela Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

9) Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e de Eficientização Energética - PEE

São programas de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética exigidos pela Aneel para os quais as concessionárias de energia elétrica estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida.

A destinação dos recursos de P&D está dividida em aplicação em projetos homologados pela Aneel e em recolhimentos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT e ao Ministério de Minas e Energia - MME.

10) Questões ambientais

Os ativos ambientais são capitalizados quando a alocação dos gastos realizados a determinados ativos imobilizados estiver de acordo com as normas previstas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Os gastos não alocáveis aos ativos imobilizados serão reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

As obrigações ambientais são reconhecidas no passivo quando suas ocorrências forem prováveis e possam ser razoavelmente estimadas.



Distribuição

6 Caixa e Equivalentes de Caixa

				2009	2008
Caixa e bancos				73.253	77.330
Aplicações financeiras	Tipo de Aplicação	Vencimento	Remuneração		
Banco do Brasil	CDB	29/06/10	102,00% CDI	-	11.734
Banco do Brasil	CDB	10/08/09	102,20% CDI	-	68.358
Banco do Brasil	CDB	24/08/09	102,20% CDI	-	29.302
Banco do Brasil	CDB	28/08/09	102,20% CDI	-	20.889
Banco do Brasil	CDB	11/09/09	102,20% CDI	-	42.610
Banco do Brasil	CDB	24/12/10	100,10% CDI	22.014	-
Banco do Brasil	Op. Compromissada	23/12/11	100,00% CDI	15.024	-
Banco do Brasil	Op. Compromissada	30/12/11	100,05% CDI	27.005	-
Caixa Econômica Federal	CDB Flex	12/02/10	99% CDI	-	709
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissada	24/11/10	99,5% Selic	-	10.115
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissada	07/12/10	99,5% Selic	-	12.064
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissada	08/12/10	99,5% Selic	-	31.144
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissada	21/12/10	99,5% Selic	-	50.031
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissada	07/12/11	99,7% Selic	35.114	-
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissada	08/12/11	99,7% Selic	20.058	-
				119.215	276.956
				192.468	354.286

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB emitidos por bancos oficiais; operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco), de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro; e Cotas de Fundos de Investimento em Títulos Públicos (administrados por bancos oficiais). Ambas as aplicações foram remuneradas em média à taxa de 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 31.12.2009 e 31.12.2008.

7 Consumidores, Concessionárias e Permissionárias, Líquidos

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	2009	Total 2008
Consumidores					
Residencial	103.803	82.437	3.488	189.728	164.189
Industrial	103.308	25.362	35.040	163.710	141.088
Comercial	78.457	28.020	3.358	109.835	94.117
Rural	14.469	6.347	134	20.950	18.575
Poder público	18.456	15.705	3.993	38.154	24.948
Iluminação pública	12.888	250	179	13.317	14.341
Serviço público	11.969	417	2	12.388	12.286
Fornecimento não faturado	170.960	-	-	170.960	151.659
Parcelamento de débitos	83.005	4.220	8.763	95.988	90.180
Parcelamento de débitos - NC	48.036	-	-	48.036	78.123
Tarifa social baixa renda (a)	11.386	-	-	11.386	28.800
Encargos moratórios s/ faturas de energia	3.625	3.713	2.647	9.985	9.101
Governo do Paraná - luz fraterna	1.793	2.234	3	4.030	7.500
Redução tarifa uso do sistema distribuição (b)	457	-	-	457	2.635
Redução tarifa uso do sistema distribuição - NC (b)	457	-	-	457	-
Redução tarifa irrigação e aquicultura (c)	116	-	-	116	95
Redução tarifa irrigação e aquicultura - NC	-	-	-	-	95
Outros créditos	551	8.342	6.067	14.960	14.615
Outros créditos - NC	2.884	-	-	2.884	3.637
	666.620	177.047	63.674	907.341	855.984
Concessionárias e Permissionárias					
Suprimento de energia elétrica					
Suprimento - CCEE (NE nº 31)	901	-	-	901	14
Contratos bilaterais	15.362	-	-	15.362	15.337
Suprimento curto prazo	-	-	25	25	25
	16.263	-	25	16.288	15.376
Encargos de uso da rede elétrica					
Rede elétrica	12.906	858	2.378	16.142	17.390
Rede básica e de conexão	220	-	3	223	7.406
	13.126	858	2.381	16.365	24.796
Provisão para créditos liquid. duvidosa (d)	-	-	(52.829)	(52.829)	(55.092)
	696.009	177.905	13.251	887.165	841.064
31.12.2009					
Circulante	644.632	177.905	13.251	835.788	
Não Circulante - NC	51.377	-	-	51.377	
31.12.2008					
Circulante	608.620	144.106	6.483		759.209
Não Circulante - NC	81.855	-	-		81.855

a) Tarifa social baixa renda

A Companhia iniciou, a partir de setembro de 2002, o faturamento do fornecimento de energia elétrica aplicando a tarifa social com base nos novos critérios de enquadramento das unidades consumidoras de baixa renda.

Em 17.12.2002, a Lei nº 10.604 modificou a forma de compensação às concessionárias, autorizando a concessão de subvenção econômica, visando contribuir para a modicidade da tarifa social. Essa subvenção tem como fonte de recursos o adicional de dividendos das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás para a União, associado à comercialização de energia elétrica pelas geradoras federais nos leilões de energia, e recursos advindos da Reserva Global de Reversão - RGR.



Distribuição

A Aneel, por meio de suas resoluções, estabeleceu a metodologia para o cálculo de subvenção econômica a ser concedida às concessionárias, para contrabalançar os efeitos da política tarifária aplicável aos consumidores de baixa renda. Em dezembro de 2009, 706.652 consumidores foram beneficiados pela tarifa social, representando 24,71% do total de 2.859.738 consumidores residenciais.

b) Redução da tarifa de uso dos sistemas de distribuição - TUSD

As Resoluções Normativas nºs 77/2004 e 166/2005 con figuram o direito da concessionária de distribuição de compensar o valor correspondente à redução percentual da TUSD, no primeiro reajuste ou revisão tarifária após a correspondente apuração. A referida redução é concedida para os geradores incentivados e para os consumidores especiais, quando atendidos por tais geradores.

O total de R\$ 914 será considerado no reajuste tarifário da Copel Distribuição em junho de 2010. A expectativa da Companhia é que os montantes classificados no ativo tenham período de recuperação de até 2 anos.

c) Redução da tarifa de uso dos sistemas de distribuição - TUSD

A Resolução Normativa nº 207/2006, que estabelece os procedimentos para aplicação de descontos especiais na tarifa de fornecimento relativa ao consumo de energia elétrica das atividades de irrigação e na aquicultura, dispôs, no artigo 6º, que o valor financeiro resultante dos descontos estabelecidos nesta Resolução configura direito da concessionária a ser compensado no primeiro reajuste ou revisão tarifária após a correspondente apuração.

O valor considerado no reajuste tarifário da Copel Distribuição em junho de 2009 foi de R\$ 231, do qual foram amortizados R\$ 115, até 31.12.2009, restando saldo a amortizar de R\$ 116.

d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Administração da Companhia considerou os seguintes valores como sendo suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos a receber:

	Saldo Provisão 2008	Adições / (reversões)	Baixas	Saldo Provisão 2009
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias				
Residencial	5.544	9.969	(9.268)	6.245
Industrial	39.749	4.800	(5.434)	39.115
Comercial	8.506	275	(2.918)	5.863
Rural	177	297	(289)	185
Poder público	947	325	-	1.272
Iluminação pública	169	(20)	-	149
Serviço público	-	1	(1)	-
	55.092	15.647	(17.910)	52.829



Distribuição

Os critérios utilizados, além da experiência da Administração em relação ao histórico das perdas efetivas, levam em consideração os parâmetros recomendados pela Aneel.

8 Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná

Através do quarto termo aditivo assinado em 21.01.2005, a Companhia renegociou com o Governo do Estado do Paraná o saldo da Conta de Resultados a Compensar - CRC em 31.12.2004, no montante de R\$ 1.197.404, em 244 prestações recalculadas pelo sistema *price* de amortização, atualizado pela variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, e juros de 6,65% a.a., com vencimento da primeira parcela em 30.01.2005 e as demais com vencimentos subsequentes e consecutivos.

O Governo do Estado vem cumprindo o pagamento das parcelas renegociadas conforme estabelecido no quarto termo aditivo. As amortizações são garantidas com recursos oriundos de dividendos.

a) Vencimento das parcelas de longo prazo

	2009	2008
2010		50.268
2011	52.845	53.611
2012	56.359	57.176
2013	60.107	60.979
2014	64.105	65.034
2015	68.368	69.359
2016	72.915	73.972
2017	77.764	78.892
2018	82.936	84.138
2019	88.451	89.734
2020	94.334	95.702
2021	100.607	102.066
2022	107.298	108.854
após 2022	278.936	282.985
	1.205.025	1.272.770



Distribuição

b) Mutações da conta

Saldos	Ativo circulante	Ativo não circulante	Total
Em 2007	40.509	1.209.853	1.250.362
Encargos	79.539	-	79.539
Variação monetária	1.286	108.764	110.050
Transferências	45.847	(45.847)	-
Amortizações	(120.048)	-	(120.048)
Em 2008	47.133	1.272.770	1.319.903
Encargos	83.834	-	83.834
Variação monetária	(192)	(18.004)	(18.196)
Transferências	49.741	(49.741)	-
Amortizações	(130.967)	-	(130.967)
Em 2009	49.549	1.205.025	1.254.574

9 Impostos e Contribuições Sociais

	2009	2008
Ativo circulante		
IRPJ/CSLL diferidos (a)	29.573	32.701
IRPJ/CSLL a compensar (b)	147.722	85.772
ICMS a recuperar (c)	24.988	22.926
	202.283	141.399
Ativo não circulante		
IRPJ/CSLL diferidos (a)	207.391	189.490
ICMS a recuperar (c)	71.775	52.497
	279.166	241.987
Passivo circulante		
IRPJ/CSLL diferidos (a)	80.444	48.578
ICMS a recolher	158.026	126.875
PIS/Pasep e Cofins a recolher	3.740	16.336
Programas de Recuperação Fiscal (d)	26.860	-
IRRF sobre juros sobre capital próprio	9.350	10.734
Outros tributos	4.170	3.772
	282.590	206.295
Passivo não circulante		
IRPJ/CSLL diferidos (a)	33.803	20.869
Programas de Recuperação Fiscal (d)	48.311	-
	82.114	20.869

a) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

A Companhia contabiliza Imposto de Renda diferido, calculado à alíquota de 15%, mais o adicional de 10%, e Contribuição Social diferida, calculada à alíquota de 9%.

Os tributos sobre os planos previdenciário e assistencial estão sendo realizados de acordo com a avaliação atuarial preparada anualmente por atuário independente, em conformidade com as regras estabelecidas pela deliberação CVM nº 371/2000. Os tributos diferidos sobre as demais provisões serão realizados em virtude das decisões judiciais e das realizações dos ativos regulatórios.



Distribuição

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa de Contribuição Social são compensáveis com lucros futuros, observado o limite de 30% do lucro tributável no período, não estando sujeitos a prazo prescricional.

Os créditos fiscais diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social foram constituídos conforme a demonstração a seguir:

	2009	2008
Ativo circulante		
Planos previdenciário e assistencial	2.887	3.022
CVA passiva	8.507	9.631
Outras adições temporárias	18.179	20.048
	29.573	32.701
Ativo não circulante		
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	7.310	7.310
Planos previdenciário e assistencial	82.126	94.522
Outras adições temporárias		
Provisões para contingências	91.055	65.340
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	18.384	19.044
CVA passiva	8.507	807
Provisão para passivo regulatório	9	2.467
	207.391	189.490
(-) Passivo circulante		
CVA ativa	74.290	34.438
Energia excedente	195	928
Outras exclusões temporárias	5.959	13.212
	80.444	48.578
(-) Passivo não circulante		
Exclusões temporárias		
CVA ativa	33.647	17.068
Tusd, aquicultura e irrigantes	156	32
Ativo regulatório	-	3.769
	33.803	20.869
	122.717	152.744

O Conselho Fiscal da Companhia examinou e o Conselho de Administração da Controladora aprovou o estudo técnico elaborado pela sua Diretoria de Finanças e de Relações com Investidores, referente à projeção futura de lucratividade, descontada a valor presente, no qual se evidencia a realização dos impostos diferidos. O valor da parcela estimada de realização para 2010, apresenta-se negativo em função de realizações de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos passivos. Conforme estimativa de lucros tributáveis futuros, a realização dos impostos diferidos está apresentada a seguir:

	Parcela estimada de realização	Parcela efetiva de realização	Parcela estimada de realização
2009	21.352	9.500	
2010	-	-	(50.871)
2011	-	-	29.348
2012	-	-	26.447
2013	-	-	48.926
2014	-	-	20.497
2015 a 2017	-	-	24.639
até 2019	-	-	23.731
	21.352	9.500	122.717

b) Imposto de Renda e Contribuição Social a compensar

Os valores registrados como Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL a compensar referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - DIPJ e de valores retidos na fonte.

c) ICMS a recuperar

Os valores registrados como ICMS a recuperar referem-se a créditos decorrentes de aquisição de bens para o ativo imobilizado instituído pela Lei Complementar nº 87/96, que serão recuperados mensalmente na razão de 1/48 conforme determina a Lei Complementar nº 102, de 11.07.2000.

d) Programas de recuperação fiscal

	Valor da dívida	Benefícios Lei nº 11.941	Juros Selic	Valor da dívida atualizado	Antecipação	Saldo da dívida atualizado
Lei nº 11.941/09						
IRPJ	42.538	(8.762)	326	34.102	(2.231)	31.871
CSLL	5.925	(1.460)	43	4.508	(311)	4.197
Cofins	43.956	(9.853)	330	34.433	(2.305)	32.128
PIS/Pasep	9.543	(2.139)	72	7.476	(501)	6.975
	101.962	(22.214)	771	80.519	(5.348)	75.171

Os efeitos no resultado do exercício de 2009 estão demonstrados no quadro abaixo:

Tributos (PIS/Pasep e Cofins) - deduções da receita (NE nº 28)	(31.359)
Despesa financeira - juros (NE nº 30)	(16.609)
Despesa financeira - multa (NE nº 30)	(1.238)
	(49.206)



Distribuição

A Copel Distribuição optou pela adesão ao parcelamento instituído pela Lei nº 11.941 de 27.05.2009 para quitação de débitos fiscais referente a IRPJ e CSLL de fevereiro de 2004, e ao IRPJ de dezembro de 2007, março e abril de 2008, os quais somam R\$ 48.463. Tais tributos foram quitados, em suas respectivas competências, através de Declarações de Compensação - Dcomp, que não foram homologadas pela RFB. Considerando o benefício de redução dos encargos moratórios instituídos na Lei nº 11.941/09 e a atualização pela taxa Selic conforme estabelece a mesma lei, o valor da dívida, em 31.12.2009 equivalia a R\$ 38.610. Ainda, no mesmo parcelamento foram incluídos débitos relativos à revisão da base de cálculo do PIS/Pasep e da Cofins dos anos de 2005 a 2008 no montante de R\$ 53.499, os quais, com a aplicação dos mesmos benefícios e da mesma correção até 31.12.2009 (conforme o § 3º do art. 3º da Lei nº 11.941/09), montava a R\$ 41.909.

Com o pagamento de duas parcelas e atualização pela taxa Selic sobre o parcelamento até 31.12.2009, conforme instrui o § 3º do art. 3º da referida lei, o saldo total da dívida montava a R\$ 75.171.

Até o presente momento não houve consolidação do parcelamento por parte da RFB.

A Copel Distribuição vem cumprindo rigorosamente suas obrigações relacionadas aos parcelamentos mencionados.

e) Conciliação da provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da provisão para IRPJ e CSLL, calculados pela alíquota fiscal, com os valores apresentados na demonstração do resultado é a seguinte:

	2009	2008
Lucro antes do IRPJ e CSLL	377.010	732.026
IRPJ e CSLL (34%)	(128.183)	(248.889)
Efeitos fiscais sobre:		
Juros sobre o capital próprio	63.352	56.440
Despesas indedutíveis	(858)	(798)
Benefício fiscal - Lei nº 11.941/09	7.574	-
Incentivos fiscais	794	1.833
Outros	24	3.762
IRPJ e CSLL correntes	(27.270)	(100.483)
IRPJ e CSLL diferidos	(30.027)	(87.169)



10 Conta de Compensação da “Parcela A”

Na Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA são registradas as variações ocorridas entre os valores homologados, por ocasião dos reajustes tarifários, e os valores efetivamente desembolsados ao longo do período tarifário, dos seguintes componentes de custo da “Parcela A”: Compra de Energia Elétrica (Bilaterais, Itaipu e Leilões), Custo com Transporte de Energia Elétrica (Transporte de Itaipu e Rede Básica) e Encargos Setoriais (Conta de Consumo de Combustíveis - CCC; Conta de Desenvolvimento Energético - CDE; Encargos de Serviços do Sistema - ESS e Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia - Proinfa).

A Aneel autorizou a Copel Distribuição, por meio da Resolução Homologatória nº 839, de 23.06.2009, a aplicar em suas tarifas de fornecimento, a partir de 24.06.2009, reajuste médio de 18,04%, sendo 11,42% relativos ao índice de reajuste tarifário e 6,62% relativos aos componentes financeiros pertinentes, dentre os quais, a CVA, representando o total de R\$ 252.951, sendo composta por 2 parcelas: a CVA em processamento, relativa ao ano tarifário 2008-2009, no valor de R\$ 264.025, e o saldo a compensar da CVA de períodos anteriores no valor de (R\$ 11.074).

A expectativa da Companhia é que os montantes classificados no ativo não circulante sejam recuperados até junho de 2011.



Distribuição

a) Composição dos saldos da CVA

	Ativo circulante		Ativo não circulante	
	2009	2008	2009	2008
CVA recuperável reajuste tarifário 2008				
CCC	-	17.966	-	-
Encargos uso sist. transmissão (rede básica)	-	15.908	-	-
Energia elétrica comprada p/revenda (Itaipu)	-	11.611	-	-
ESS	-	9.133	-	-
CDE	-	169	-	-
Proinfa	-	2.817	-	-
	-	57.604	-	-
CVA recuperável reajuste tarifário 2009				
CCC	7.482	8.512	-	8.512
Encargos uso sist. transmissão (rede básica)	21.052	12.412	-	12.412
Energia elétrica comprada p/revenda (Itaipu)	49.036	16.588	-	16.588
ESS	17.038	13.121	-	13.121
CDE	6.139	204	-	204
Proinfa	10.986	-	-	-
Energia elétrica comprada p/revenda (CVA Energ)	6.191	1.881	-	1.881
Transporte de energia comprada (Itaipu)	1.613	776	-	776
	119.537	53.494	-	53.494
CVA recuperável reajuste tarifário 2010				
CCC	17.166	-	17.166	-
Encargos uso sist. transmissão (rede básica)	18.277	-	18.277	-
Energia elétrica comprada p/revenda (Itaipu)	23.042	-	23.042	-
CDE	2.830	-	2.830	-
Proinfa	252	-	252	-
Energia elétrica comprada p/revenda (CVA Energ)	36.547	-	36.547	-
Transporte de energia comprada (Itaipu)	849	-	849	-
	98.963	-	98.963	-
	218.500	111.098	98.963	53.494

	Passivo circulante		Passivo não circulante	
	2009	2008	2009	2008
CVA compensável reajuste tarifário 2008				
Energia elétrica comprada p/ revenda (CVA Energ)	-	25.727	-	-
Transporte de energia comprada (Itaipu)	-	227	-	-
	-	25.954	-	-
CVA compensável reajuste tarifário 2009				
Proinfa	-	2.373	-	2.373
	-	2.373	-	2.373
CVA compensável reajuste tarifário 2010				
ESS	25.020	-	25.020	-
	25.020	-	25.020	-
	25.020	28.327	25.020	2.373



Distribuição

b) Mutação da CVA

	Saldo em 2008	Diferim.	Amortiz.	Atualiz.	Transf.	Saldo em 2009
Ativo						
CCC	34.990	30.874	(26.329)	2.279	-	41.814
Encargos uso sist. transm. (rede básica)	40.732	51.833	(38.872)	3.913	-	57.606
Energia elétrica comp. p/ revenda (Itaipu)	44.787	106.811	(64.172)	7.694	-	95.120
ESS	35.375	5.875	(27.831)	3.619	-	17.038
CDE	577	17.080	(6.762)	904	-	11.799
Proinfa	2.817	21.878	(14.668)	1.463	-	11.490
Energia elétrica comp. p/ rev. (CVA Energ)	3.762	79.692	(6.704)	2.535	-	79.285
Transporte de energia comprada (Itaipu)	1.552	3.223	(1.701)	237	-	3.311
	164.592	317.266	(187.039)	22.644	-	317.463
Circulante	111.098	113.480	(187.039)	17.728	163.233	218.500
Não Circulante - NC	53.494	203.786	-	4.916	(163.233)	98.963
Passivo						
ESS	-	49.260	-	780	-	50.040
Proinfa	4.746	(4.712)	-	(34)	-	-
Energia elétrica comp. p/ rev. (CVA Energ)	25.727	-	(27.214)	1.487	-	-
Transporte de energia comprada (Itaipu)	227	-	(261)	34	-	-
	30.700	44.548	(27.475)	2.267	-	50.040
Circulante	28.327	7.880	(27.475)	1.794	14.494	25.020
Não Circulante - NC	2.373	36.668	-	473	(14.494)	25.020

11 Outros Ativos e Passivos Regulatórios

	Ativo			Passivo		
	circulante	não circulante	total	circulante	não circulante	total
						2009
Parcela de ajuste - encargos transmissão (a)	6.088	-	6.088	7.255	-	7.255
Exposição involuntária - contrato Cien (b)	11.438	-	11.438	-	-	-
Outros	-	-	-	1.060	26	1.086
	17.526	-	17.526	8.315	26	8.341

	Ativo			Passivo		
	circulante	não circulante	total	circulante	não circulante	total
						2008
Parcela de ajuste - encargos transmissão (a)	11.458	6.088	17.546	14.510	7.255	21.765
Exposição involuntária - contrato Cien (b)	20.053	4.997	25.050	-	-	-
Outros	-	-	-	2	2	4
	31.511	11.085	42.596	14.512	7.257	21.769



Distribuição

a) Parcela de ajuste - encargos de transmissão

Consta dos contratos de concessão, celebrados pelas concessionárias de transmissão, cláusula que estabelece 1º.07.2005 como a data da primeira revisão tarifária periódica das receitas anuais permitidas. O processo de revisão tarifária foi concluído efetivamente, tendo seus resultados homologados em 1º.07.2007, sendo os efeitos retroativos a 1º.07.2005. Desta forma, foi necessário calcular a diferença retroativa ao período de 2005 a 2007, que foi tratada como “parcela de ajuste - revisão”.

Tal diferença, apropriada pelas transmissoras, foi realizada em 24 meses, de julho de 2007 até junho de 2009.

A Aneel calculou a diferença de “parcela de ajuste da revisão fronteira” para todas as distribuidoras, resultando no saldo de R\$ 22.915, a ser pago pela Copel Distribuição à Copel Transmissão. Quanto à “parcela de ajuste da revisão da rede básica”, a aplicação dos percentuais de participação da Copel Distribuição sobre o total da parcela de ajuste, resultou no valor de R\$ 29.020 a ser recebido das demais transmissoras que passaram pelo processo de revisão tarifária.

Destes valores que foram liquidados financeiramente com as transmissoras, R\$ 10.739, referentes à “parcela de ajuste da revisão fronteira”, e R\$ 14.511, referentes à “parcela de ajuste da revisão da rede básica”, foram considerados no reajuste tarifário da Copel Distribuição em junho de 2008, e o saldo remanescente no reajuste de junho de 2009, com realização até junho de 2010.

b) Exposição involuntária - contrato Cien

Foi efetuado adiantamento no valor de R\$ 30.112 para cobertura da exposição involuntária ao mercado de curto prazo, nos meses de janeiro a abril de 2008, em razão da rescisão do contrato de suprimento da Copel com a Companhia de Interconexão Energética - Cien, autorizada pela Portaria MME nº 294/2006. Este valor foi considerado provisoriamente no reajuste tarifário da Copel Distribuição em junho de 2008. As diferenças decorrentes da revisão dos valores adiantados totalizaram R\$ 22.875, considerado no reajuste tarifário de 2009, com realização até junho de 2010.



Distribuição

12 Cauções e Depósitos Vinculados

	2009	2008
Ativo circulante		
Depósitos em garantia	19.626	37.208
	19.626	37.208
Ativo não circulante		
Caução do contrato da STN (NE nº 18.a)	24.195	37.868
	24.195	37.868

Os depósitos em garantia atendem as exigências da CCEE e estão vinculados às operações realizadas nos leilões de energia, nas liquidações da própria CCEE e nos leilões realizados pela Aneel.

13 Outros Créditos

	2009	2008
Ativo circulante		
Adiantamento a empregados	5.577	5.558
Desativações em curso	5.337	4.224
Pagamentos antecipados	3.736	2.971
Alienação de bens e direitos	3.404	817
Adiantamento a fornecedores	1.998	1.059
Empréstimos compulsórios	926	1.806
Salários de empregados cedidos a recuperar	737	931
Entidades seguradoras	304	304
Serviços prestados a terceiros	128	98
Reserva Global de Reversão - RGR - diferenças	-	763
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD	(1.242)	(918)
Outros créditos	1.660	1.891
	22.565	19.504
Ativo não circulante		
Empréstimos compulsórios	3.814	3.560
Alienação de bens e direitos	797	1.149
	4.611	4.709

14 Estoques

	2009	2008
Materiais para manutenção		
Almoxarifado	61.323	37.488
Destinados a alienação	14.765	10.603
Emprestados	82	59
	76.170	48.150
Materiais para investimento - imobilizado	167.529	100.094
	243.699	148.244



Distribuição

15 Depósitos Judiciais

	Total dos depósitos judiciais	Dedução das contingências	Ativo não circulante	
			2009	2008
Trabalhistas	51.079	(20.387)	30.692	47.502
Cíveis				
Fornecedores	22.823	(22.823)	-	-
Cíveis	10.793	(4.603)	6.190	12.929
Servidões de passagem	483	-	483	1.517
Consumidores	1.426	(1.426)	-	1.828
	35.525	(28.852)	6.673	16.274
Fiscais	743	(24)	719	908
Outros	14	-	14	14
	87.361	(49.263)	38.098	64.698

Os depósitos judiciais vinculados foram reclassificados para Provisões para contingências e estão demonstrados na NE nº 25.

16 Imobilizado

	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido	
			2009	2008
Em serviço				
Terrenos	34.274	-	34.274	33.004
Edificações	155.975	66.296	89.679	81.278
Máquinas e equipamentos	4.966.879	2.318.349	2.648.530	2.366.209
Veículos	114.799	71.726	43.073	44.358
Móveis e utensílios	7.947	5.538	2.409	2.663
	5.279.874	2.461.909	2.817.965	2.527.512
Em curso				
Terrenos	39	-	39	1.587
Edificações	26.714	-	26.714	25.411
Máquinas e equipamentos	369.218	-	369.218	311.365
Veículos	1.094	-	1.094	929
Móveis e utensílios	379	-	379	158
Estudos e projetos	-	-	-	10.940
Material em depósito	167.529	-	167.529	100.094
Compras em andamento	26	-	26	3
Adiantamento a Fornecedores	9.972	-	9.972	8.867
Depósitos judiciais	11.452	-	11.452	11.289
	586.423	-	586.423	470.643
Obrigações vinculadas à concessão	(929.860)	-	(929.860)	(916.570)
			2.474.528	2.081.585



Distribuição

Mutação do imobilizado

Saldos	Imobilizado		Obrigações especiais	Total
	em serviço	em curso		
Em 2007	2.345.799	377.070	(852.267)	1.870.602
Programa de investimentos	-	495.197	-	495.197
Imobilizações de obras	395.248	(395.248)	-	-
Quotas de depreciação no resultado	(194.054)	-	20.108	(173.946)
Baixas	(9.185)	(1.524)	-	(10.709)
Vendas	(10.255)	-	-	(10.255)
Participação financeira dos consumidores	-	-	(84.411)	(84.411)
Transferências de bens destinados a uso futuro	(46)	-	-	(46)
Transferências entre o imobilizado e o intangível	5	(601)	-	(596)
Reversão de provisões para contingências	-	(4.251)	-	(4.251)
Em 2008	2.527.512	470.643	(916.570)	2.081.585
Programa de investimentos	-	640.256	-	640.256
Imobilizações de obras	525.960	(525.960)	-	-
Quotas de depreciação no resultado	(207.613)	-	44.131	(163.482)
Quotas de depreciação transf. p/ imob. em curso	(9.553)	9.553	-	-
Baixas	(10.888)	(8.389)	-	(19.277)
Vendas	(5.988)	-	-	(5.988)
Participação financeira dos consumidores	-	-	(57.421)	(57.421)
Transferências de bens destinados a uso futuro	(1.465)	(311)	-	(1.776)
Complemento de provisões para contingências	-	631	-	631
Em 2009	2.817.965	586.423	(929.860)	2.474.528

De acordo com os artigos 63 e 64, do Decreto nº 41.019, de 26.02.1957, os bens e instalações utilizados principalmente na distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. A Resolução Aneel nº 20/1999, todavia, regulamentou a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros para aplicações em obras foram apropriados através de transferências para Imobilizações em curso, totalizando o montante de R\$ 3.769, em 2009 (R\$ 1.470, em 2008).

O montante de ativo imobilizado em serviço totalmente depreciado representava R\$ 611.475, em 31.12.2009 (R\$ 529.212, em 31.12.2008).

a) Obrigações especiais

As obrigações especiais representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, das dotações orçamentárias da União, verbas federais, estaduais e municipais e de créditos especiais destinados aos investimentos aplicados nos empreendimentos vinculados à concessão. As obrigações especiais não são passivos onerosos, tampouco créditos dos acionistas.



Distribuição

O prazo esperado para liquidação dessas obrigações era a data de término da concessão. Com a Resolução Normativa Aneel nº 234, de 31.10.2006, alterada pela Resolução Normativa Aneel nº 338 de 25.11.2008, que estabelece os conceitos gerais, as metodologias aplicáveis e os procedimentos iniciais para realização do segundo ciclo de revisão tarifária periódica das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, a característica dessas obrigações sofreu modificação. Tanto o saldo quanto as novas adições passaram a ser amortizados contabilmente a partir de 1º.07.2008, conforme Despacho Aneel nº 3.073/06 e Ofício Circular nº 1.314/07. A amortização é calculada utilizando a mesma taxa média da depreciação dos ativos correspondentes.

Ao término da concessão, para efeitos de cálculo da indenização dos bens a ela vinculados e reversíveis para a União, o saldo remanescente dessas obrigações especiais, se houver, será deduzido do valor residual dos ativos, ambos avaliados de acordo com critério a ser definido pela Aneel.

A alteração da característica dessas obrigações é decorrente da modificação ocorrida no mecanismo de tarifa, estabelecida na nova Resolução Normativa, que determinou que a depreciação dos ativos adquiridos com recursos oriundos das obrigações especiais não será mais computada na "Parcela B" da receita requerida da concessionária.

b) Universalização e Programa Luz para Todos

A Aneel estabeleceu condições gerais para a Universalização do Acesso ao Serviço Público de Energia Elétrica através da Lei nº 10.438, de 26.04.2002, alterada pela Lei nº 10.762 de 11.11.2003, visando ao atendimento de novas unidades consumidoras ligadas em baixa tensão (inferior a 2,3 kV), com carga instalada de até 50 KW. A Resolução Aneel nº 223, de 29.04.2003, estabeleceu as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica, sendo alterada pela Resolução Aneel nº 52, de 25.03.2009. Norteador o processo de revisão dos Planos de Universalização, a Agência Reguladora emitiu a Resolução Aneel nº 175, de 28.11.2005, sendo alterada pela Resolução Aneel nº 365, de 19.05.2009.



Distribuição

O Decreto nº 4.873 de 11.11.2003 instituiu o Programa Nacional do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz para Todos, destinado a propiciar atendimento com energia elétrica à parcela da população do meio rural, voltada à agricultura familiar, que ainda não possui acesso a esse serviço público. O Programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia - MME e operacionalizado com a participação da Eletrobrás. No caso do Paraná, o Ministério é representado pela Eletrosul, e os participantes são o Governo do Estado do Paraná e a Copel Distribuição. Outrossim, o Programa se integra aos diversos programas sociais e de desenvolvimento rural implementados pelo Governo Federal e pelos Estados, para assegurar que o esforço de eletrificação do campo resulte em incremento da produção agrícola, fixando e dando condições melhores de vida ao homem do campo, em aumento de renda e na inclusão social da população beneficiada. Inicialmente previsto para completar 100% de eletrificação no País até 2008, o Programa foi prorrogado até 2010 por meio do Decreto nº 6.442/2008, em virtude do surgimento de novas demandas em praticamente todos os estados brasileiros.

Em 2009, foram ligadas 16.756 novas unidades consumidoras, alcançando aproximadamente 60.000 desde o início do Programa, a previsão é de alcançar 78.500 ligações até dezembro de 2010, concluindo com isso a universalização na área de concessão da Copel Distribuição.

Foram firmados com a Eletrobrás três contratos de financiamento e concessão de subvenção no total de R\$ 231.010. Os dois primeiros contratos já se encerraram, continuando em vigência apenas o contrato ECF nº 206/2007, do qual já foram liberados R\$ 63.215 do total de R\$ 126.430 previstos. Um quarto contrato se encontra em tramitação para a ligação de mais 16.000 ligações.

A composição total dos investimentos previstos nos contratos assinados para o Programa é a seguinte:

Origem	R\$	Participação
Governo Federal - subvenção CDE	62.882	19%
Governo do Estado do Paraná	33.002	10%
Financiamento RGR	168.129	51%
Agente executor - Copel Distribuição	66.007	20%
Total do programa	330.020	100%

Até dezembro de 2009 o valor total investido no Programa Luz para Todos foi de R\$ 228.515.

c) Taxas de depreciação

As principais taxas anuais de depreciação, de acordo com a Resolução Aneel nº 240, de 05.12.2006, substituída pela Resolução Normativa nº 367, de 26.06.2009, são:

	%
Distribuição	
Condutor e estrutura do sistema => 69 kV	2,50
Condutor e estrutura do sistema < 69 kV e transformador de distribuição	5,00
Banco de capacitores < 69 kV	6,70
Banco de capacitores => 69 kV	5,00
Equipamento geral	10,00
Administração central	
Edificações	4,00
Máquinas e equipamentos de escritório	10,00
Móveis e utensílios	10,00
Veículos	20,00

d) Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

A Companhia tem por prática a avaliação e o monitoramento periódico do desempenho futuro dos seus ativos. Neste contexto, e considerando o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, caso existam evidências claras de que a Empresa possui ativos avaliados por valor não recuperável, ou sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável no futuro, deverá haver o reconhecimento imediato da desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

As principais premissas que sustentam as conclusões dos testes de recuperação estão listadas abaixo:

- 1) menor nível de unidade geradora de caixa: concessões detidas, analisadas individualmente;
- 2) valor Recuperável: valor de uso, ou valor equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos), derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil; e
- 3) apuração do valor de uso: baseada em fluxos de caixa futuros, em moeda constante, trazidos a valor presente por taxa de desconto real e antes dos impostos sobre a renda.

Os respectivos fluxos de caixa são estimados com base nos resultados operacionais realizados, no orçamento empresarial anual da Controladora, aprovado em reunião ordinária do CAD, com consequente orçamento plurianual, e tendências futuras do setor elétrico.

No que tange ao horizonte de análise, leva-se em consideração a data de vencimento da concessão.

Com relação ao crescimento de mercado, as projeções estão compatíveis com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira.



Distribuição

Os respectivos fluxos são descontados por taxa média de desconto, obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado e referenciada pelo órgão regulador, levando em consideração o custo médio ponderado de capital (WACC).

A Administração entende ter direito contratual assegurado no que diz respeito à indenização dos bens vinculados ao final das concessões de serviço público, admitindo, por hora, e até que se edite regulamentação sobre o tema, a valorização dessa indenização pelo valor dos livros. Assim, a premissa de valorização do ativo residual ao final das concessões ficou estabelecida nos valores registrados contabilmente.

Diante das premissas acima, a Companhia não identificou necessidade de constituição de provisão para *Impairment*.

17 Intangível

	Direito de uso de softwares	Amortização acumulada	Faixa de servidões	P & D	Outros	Líquido	
						2009	2008
Em serviço							
Com vida útil estimada	28.996	(24.903) ⁽¹⁾	21.392	-	-	25.485	25.556
Com vida útil não estimada	-	-	-	-	103	103	103
	28.996	(24.903)	21.392	-	103	25.588	25.659
Em curso	618	-	1.891	12.313	-	14.822	1.764
						40.410	27.423

⁽¹⁾ Taxa anual de amortização: 20%

O montante de intangível em serviço totalmente amortizado representava R\$ 20.569, em 31.12.2009 (R\$ 19.444, em 31.12.2008).

Mutação do intangível

Saldos	Intangível		Total
	em serviço	em curso	
Em 2007	24.252	2.702	26.954
Programa de investimentos	-	2.464	2.464
Capitalizações	4.003	(4.003)	-
Quotas de amortização no resultado	(2.135)	-	(2.135)
Baixas	(456)	-	(456)
Transferências entre o intangível e o imobilizado	(5)	601	596
Em 2008	25.659	1.764	27.423
Programa de investimentos	-	14.933	14.933
Capitalizações	2.004	(2.004)	-
Quotas de amortização no resultado	(1.703)	-	(1.703)
Quotas de amortização transferidas para intangível em curso	(129)	129	-
Baixas	(243)	-	(243)
Em 2009	25.588	14.822	40.410



Distribuição

18 Empréstimos e Financiamentos

As composições dos saldos de empréstimos e financiamentos são as seguintes:

	Principal	Encargos	Passivo circulante		Passivo não circulante	
			2009 Total	2008 Total	2009	2008
Moeda estrangeira						
STN (a)	4.944	681	5.625	8.647	58.654	85.359
Eletrobrás	5	-	5	7	22	36
	4.949	681	5.630	8.654	58.676	85.395
Moeda nacional						
Banco do Brasil (b)	163	3	166	161	590	789
Eletrobrás (c)	6.680	14	6.694	5.498	87.958	67.142
	6.843	17	6.860	5.659	88.548	67.931
	11.792	698	12.490	14.313	147.224	153.326

Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador

Moeda (equivalente em R\$) / Indexador					
	2009	%	2008	%	
Moeda estrangeira					
Dólar norte-americano	64.306	40,26	94.049	56,10	
	64.306	40,26	94.049	56,10	
Moeda nacional					
TJLP	46	0,03	55	0,03	
IGP-M	711	0,45	895	0,53	
Ufir	94.651	59,26	71.361	42,57	
Finel	-	-	1.279	0,77	
	95.408	59,74	73.590	43,90	
	159.714	100,00	167.639	100,00	

Varição das principais moedas estrangeiras e indexadores aplicados aos empréstimos e financiamentos

Moeda/Indexador	Variação (%)	
	2009	2008
Dólar norte-americano	(25,49)	31,94
TJLP	6,12	6,27
IGP-M	(1,72)	9,81
Finel	(0,35)	1,90



Distribuição

Vencimentos das parcelas de longo prazo

	Moeda estrangeira		Moeda nacional	
			2009	2008
2010	-	-	-	11.037
2011	4.949	10.474	15.423	12.241
2012	3.643	10.474	14.117	12.895
2013	2.337	10.474	12.811	11.143
2014	1.172	10.337	11.509	9.437
2015	-	10.292	10.292	7.820
2016	-	9.833	9.833	7.361
2017	-	9.190	9.190	6.719
2018	-	8.280	8.280	5.975
2019	-	5.532	5.532	3.726
2020	-	3.660	3.660	2.456
2021	-	2	2	5
após 2022	46.575	-	46.575	62.511
	58.676	88.548	147.224	153.326

Mutação de empréstimos e financiamentos

	Moeda estrangeira		Moeda nacional		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Em 2007	7.608	70.465	8.163	41.088	127.324
Ingressos	-	-	-	32.512	32.512
Encargos	4.458	-	4.503	-	8.961
Varição monetária e cambial	2.931	21.006	25	96	24.058
Transferências	6.076	(6.076)	5.765	(5.765)	-
Amortização - principal	(7.280)	-	(8.095)	-	(15.375)
Amortização - juros	(5.139)	-	(4.702)	-	(9.841)
Em 2008	8.654	85.395	5.659	67.931	167.639
Ingressos	-	-	-	27.994	27.994
Encargos	4.396	-	6.554	-	10.950
Varição monetária e cambial	(2.070)	(21.145)	(3)	(33)	(23.251)
Transferências	5.574	(5.574)	7.344	(7.344)	-
Amortização - principal	(6.471)	-	(6.142)	-	(12.613)
Amortização - juros	(4.453)	-	(6.552)	-	(11.005)
Em 2009	5.630	58.676	6.860	88.548	159.714

a) Secretaria do Tesouro Nacional - STN

A reestruturação da dívida de médio e longo prazo, assinada em 20.05.1998, referente aos financiamentos sob amparo da Lei nº 4.131/62, está demonstrada no quadro a seguir:

Tipo de bônus	Prazo (anos)	Vencimento final	Carência (anos)	2009	2008
Par Bond	30	15.04.2024	30	27.787	37.296
Capitalization Bond	20	15.04.2014	10	10.673	17.507
Debt Conversion Bond	18	15.04.2012	10	6.568	12.368
Discount Bond	30	15.04.2024	30	19.251	25.896
New Money Bonds	15	15.04.2009	7	-	466
Flirb	15	15.04.2009	9	-	473
				64.279	94.006



Distribuição

As taxas de juros praticadas e as amortizações são as seguintes:

Tipo de bônus	Taxas de juros anuais (%)	Amortizações
Par Bond	6,0	única
Capitalization Bond	8,0	semestral
Debt Conversion Bond	Libor semestral + 0,8750	semestral
Discount Bond	Libor semestral + 0,8125	única
New Money Bonds	Libor semestral + 0,8750	semestral
Flirb	Libor semestral + 0,8125	semestral

Em garantia a esse contrato, a Companhia cede e transfere à União, condicionado ao inadimplemento de qualquer parcela do financiamento, os créditos que forem feitos à sua conta corrente bancária centralizadora da arrecadação das suas receitas próprias, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento. Nos bônus *Discount Bond* e *Par Bond* existem garantias depositadas, nos valores de R\$ 9.990 e R\$ 14.205 em 31.12.2009 (R\$ 15.460 e R\$ 22.408, em 31.12.2008), respectivamente, contabilizadas na conta cauções e depósitos vinculados, no ativo não circulante (NE nº 12).

b) Banco do Brasil S.A.

Contrato particular de cessão de crédito com a União, através do Banco do Brasil, assinado em 30.03.1994, amortizável em 240 parcelas mensais pelo sistema price, a partir de 1º.04.1994, com atualização mensal pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M e taxa de juros de 5,098% a.a. A garantia é vinculada à receita própria.

c) Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

Empréstimos originados de recursos do Fundo de Financiamento da Eletrobrás - Finel e da Reserva Global de Reversão - RGR, para expansão do sistema de distribuição. A amortização dos contratos vincendos iniciou em fevereiro de 1999, e o último pagamento está previsto para agosto de 2021. Os juros de 5,0% a 8,0% a.a. e o principal são amortizados mensalmente, atualizados pelo índice do Finel e da Unidade Fiscal de Referência - Ufir.

Contrato ECFS - 142/2006, assinado em 11.05.2006 entre a Copel Distribuição e a Eletrobrás, no valor de R\$ 74.340 para aplicação no Programa de Eletrificação Rural "Luz para Todos", sendo R\$ 42.480 financiados com recursos da RGR e R\$ 31.860 com recursos da CDE, a título de subvenção econômica. O contrato possui carência de 24 meses, com juros de 5% a.a. e comissão de 1% a.a, e será pago em 120 parcelas mensais iguais e sucessivas, com vencimento final em 30.09.2018. Em abril de 2009, foram liberados R\$ 11.066, sendo R\$ 6.320 com recursos da RGR e R\$ 4.746 com recursos da CDE, perfazendo o total de recursos desembolsados até esta data em R\$ 63.104, sendo R\$ 36.056 com recursos da RGR e R\$ 27.048 com recursos da CDE. Para este contrato, está encerrada a fase de desembolsos.



Distribuição

Contrato ECFS - 206/2007, assinado em 03.03.2008 entre a Copel Distribuição e a Eletrobrás, no valor de R\$ 126.430 para aplicação no Programa de Eletrificação Rural "Luz para Todos", sendo R\$ 108.369 financiado com recursos da RGR e R\$ 18.061 com recursos da CDE, a título de subvenção econômica. O contrato possui carência de 24 meses, com juros de 5% a.a. e comissão de 1% a.a., e será pago em 120 parcelas mensais iguais e sucessivas, com vencimento final em 30.08.2020. Em 13.08.2008, houve liberação de R\$ 37.929, sendo R\$ 32.511 com recursos da RGR e R\$ 5.418 com recursos da CDE. Em 05.06.2009, foram liberados R\$ 25.286, sendo R\$ 21.674, com recursos da RGR e R\$ 3.612, com recursos da CDE.

A garantia é representada pela receita própria, suportada por procuração outorgada por instrumento público, e na emissão de notas promissórias em igual número das parcelas a vencer.

19 Fornecedores

	2009	2008
Encargos de uso da rede elétrica		
Uso da rede básica	46.126	41.798
Transporte de energia	4.310	4.182
Uso da conexão	1.251	1.247
	51.687	47.227
Suprimento de energia elétrica		
Eletrobrás (Itaipu)	80.104	100.040
Furnas Centrais Elétricas S.A.	34.375	32.757
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf	33.696	32.108
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A.	14.974	14.209
Copel Geração e Transmissão S.A.	14.316	10.326
Companhia Energética de São Paulo - Cesp	12.031	11.488
Rio Pedrinho Energética S.A. e Consórcio Salto Natal Energética S.A.	11.330	10.234
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte	10.856	10.316
CPFL Energia S.A.	10.041	994
Itiquira Energética S.A.	10.000	9.247
Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig	6.530	4.660
Cia. Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. - CEEE	3.819	3.632
CCEE (NE nº 31)	1.859	27.962
Outras concessionárias	26.645	13.789
	270.576	281.762
Materiais e serviços	111.537	86.017
	433.800	415.006



Distribuição

a) Principais contratos de compra de energia

	Período de suprimento	Energia comprada (MW médio)	Data do leilão	Preço médio de compra (R\$)
Leilão de energia existente				
1º Leilão - Produto 2005	2005 a 2012	915,00	7/12/2004	57,51
1º Leilão - Produto 2006	2006 a 2013	421,58	7/12/2004	67,33
1º Leilão - Produto 2007	2007 a 2014	4,86	7/12/2004	75,46
2º Leilão - Produto 2008	2008 a 2015	58,32	2/4/2005	83,13
4º Leilão - Produto 2009	2009 a 2016	29,82	11/10/2005	94,91
5º Leilão - Produto 2007	2007 a 2014	159,38	14/12/2006	104,74
		1.588,96		
Leilão de energia nova				
1º Leilão - Produto 2008 Hidro	2008 a 2037	3,61	16/12/2005	106,95
1º Leilão - Produto 2008 Termo	2008 a 2022	28,56	16/12/2005	132,26
1º Leilão - Produto 2009 Hidro	2009 a 2038	3,26	16/12/2005	114,28
1º Leilão - Produto 2009 Termo	2009 a 2023	41,59	16/12/2005	129,26
1º Leilão - Produto 2010 Hidro	2010 a 2039	66,32	16/12/2005	114,57
1º Leilão - Produto 2010 Termo	2010 a 2024	64,30	16/12/2005	121,81
3º Leilão - Produto 2011 Hidro	2011 a 2040	57,66	10/10/2006	120,86
3º Leilão - Produto 2011 Termo	2011 a 2025	54,22	10/10/2006	137,44
4º Leilão - Produto 2010 Termo	2010 a 2024	18,32	26/7/2007	134,64
5º Leilão - Produto 2012 Hidro	2012 a 2041	52,50	16/10/2007	129,14
5º Leilão - Produto 2012 Termo	2012 a 2026	117,27	16/10/2007	128,37
6º Leilão - Produto 2011 Termo	2011 a 2025	51,07	17/9/2008	128,42
7º Leilão - Produto 2013 Hidro	2013 a 2042	12,24	30/9/2008	98,98
7º Leilão - Produto 2013 Termo	2013 a 2027	303,99	30/9/2008	145,23
Santo Antonio	2012 a 2041	106,00	10/12/2007	78,87
Jirau	2013 a 2042	141,51	19/5/2008	71,37
		1.122,42		

O quadro apresenta os principais contratos de compra de energia, firmados em ambiente regulado. Tais contratos são reajustados anualmente pelo IPCA.

20 Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas

	2009	2008
Folha de pagamento		
Participação nos lucros e/ou resultados	46.102	45.580
Impostos e contribuições sociais	19.311	18.037
Folha de pagamento, líquida	72	57
Compensação Indenizatória - PDV (NE nº 29.c.2)	9.934	-
Consignações a favor de terceiros	-	5
	75.419	63.679
Provisões trabalhistas		
Férias	37.492	34.680
Encargos sociais sobre férias e 13º salário	11.743	10.802
Desligamentos voluntários (NE nº 29.c.2)	14.908	-
	64.143	45.482
	139.562	109.161



21 Benefícios Pós-Emprego

a) Plano de benefício previdenciário

A Companhia patrocina planos de complementação de aposentadoria e pensão (Planos Previdenciários I, II e III) e de assistência médica e odontológica (Plano Assistencial) para seus empregados ativos e pós-emprego e respectivos dependentes legais.

Os planos previdenciários I e II foram estabelecidos na modalidade de benefício definido (BD) contributivo e o plano previdenciário III foi estabelecido na modalidade de contribuição definida (CD).

As parcelas de custos assumidas pelas patrocinadoras desses planos são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes de acordo com as regras estabelecidas pela Deliberação CVM nº 371/00. As premissas atuariais e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração das patrocinadoras.

Até julho de 2007, o fluxo de pagamento das contribuições relativas aos planos previdenciários I e II estava garantido por contrato denominado "Instrumento Particular de Ajuste das Reservas Matemáticas dos Planos Previdenciários (Básico) e Complementar de Benefícios Previdenciários", assinado em 20.01.1999. Com base em pareceres legais preparados por consultores jurídicos externos e internos que analisaram cláusulas específicas de referido ajuste e concluíram estarem extintas as obrigações contratadas, em 27.07.2007, a Companhia comunicou à Administração da Fundação Copel de Previdência e Assistência Social a cessação dos pagamentos das contribuições previstas nesse contrato a partir de agosto de 2007.

Em setembro de 2007, a Fundação Copel manifestou interpretação contrária à da Companhia, o que levou à formulação de uma consulta conjunta à Secretaria de Previdência Complementar - SPC, solicitando manifestação em relação à questão. Após a prestação de esclarecimentos solicitados e realização de auditoria atuarial recomendada pela SPC, em novembro de 2007, a SPC, em outubro de 2008, solicitou esclarecimentos adicionais sobre o relatório e parecer da consultoria contratada, que lhe fora enviado pela Fundação Copel em julho de 2008. Até a emissão destas demonstrações contábeis, a SPC não se pronunciou a respeito do assunto.

A conclusão da discussão acima não afetará os valores já registrados como passivo atuarial de acordo com a Deliberação CVM nº 371/00, somente afetando o fluxo de caixa do pagamento de contribuições entre a Companhia e a Fundação Copel.



Distribuição

b) Plano de benefício assistencial

A Companhia aloca recursos destinados a dar cobertura às despesas de saúde dos empregados e dependentes, dentro das regras, limites e condições estabelecidos em regulamentos específicos. Inclui exames médicos periódicos e são estendidos aos aposentados e pensionistas vitaliciamente.

c) Balanço patrimonial e resultado do exercício

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial na conta de Benefícios pós-emprego estão resumidos a seguir:

	2009	2008
Plano previdenciário		
Plano de benefícios - Planos I e II (BD)	-	51.631
Plano de benefícios - Plano III (CD)	7.011	6.217
	7.011	57.848
Plano assistencial	250.036	235.263
	257.047	293.111
	Circulante	15.106
	Não circulante	241.546
		278.005

Os valores reconhecidos no demonstrativo de resultado estão resumidos a seguir:

	2009	2008
Plano previdenciário - custo periódico pós-emprego	(51.631)	(16.999)
Plano previdenciário (CD)	36.457	33.070
Plano assistencial - pós-emprego	23.189	(4.744)
Contribuição assistencial	21.718	21.032
	29.733	32.359
(-) Transferências para imobilizado em curso	(4.740)	(4.895)
	24.993	27.464

O custo anual estimado para o exercício de 2009 pelo atuário independente resultou em receita devido aos ganhos atuariais que estão sendo amortizados, cujos valores ultrapassam o valor do custo normal periódico.



Distribuição

Mutação do saldo de benefícios pós-emprego

Saldos	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Em 2007	31.569	290.421	321.990
Apropriação do cálculo atuarial	-	(21.743)	(21.743)
Contribuições previdenciárias e assistenciais	54.102	-	54.102
Transferências	(9.327)	9.327	-
Amortizações	(61.238)	-	(61.238)
Em 2008	15.106	278.005	293.111
Apropriação do cálculo atuarial	-	(28.442)	(28.442)
Contribuições previdenciárias e assistenciais	58.175	-	58.175
Transferências	8.017	(8.017)	-
Amortizações	(65.797)	-	(65.797)
Em 2009	15.501	241.546	257.047

d) Avaliação atuarial de acordo com a Deliberação da CVM nº 371/00

Premissas atuariais

As premissas atuariais utilizadas para determinação dos valores de obrigações e custos, para 2009 e 2008, estão demonstradas a seguir:

	Real	Nominal
Econômicas		
Inflação a.a.	-	5,20%
Taxa de desconto/retorno esperados a.a.	6,00%	11,51%
Crescimento salarial a.a.	2,00%	7,30%
Demográficas		
Tábua de mortalidade		AT - 83
Tábua de mortalidade de inválidos		AT - 49
Tábua de entrada em invalidez		Light

A avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos é calculada pelo método do crédito unitário projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado).

A partir do exercício findo em 31.12.2006, a Companhia optou por deixar de diferir os ganhos e perdas atuariais futuros apurados no plano assistencial, passando a reconhecê-los imediatamente no resultado do exercício.

22 Encargos do Consumidor a Recolher

	2009	2008
Conta de desenvolvimento energético - CDE	17.818	14.904
Conta de consumo de combustível - CCC	4.460	22.174
Reserva global de reversão - RGR	3.454	2.497
	25.732	39.575



Distribuição

23 Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

Conforme regulamentação da Aneel, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica são obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e em programas de eficiência energética.

A Aneel estabeleceu, através dos Manuais de Pesquisa e Desenvolvimento e de Eficiência Energética, os critérios e procedimentos para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos a serem destinados, mensalmente, aos projetos de P&D e PEE, bem como ao FNDCT e ao MME, previstos na Lei nº 9.991/00.

Saldos constituídos para aplicação em P&D e PEE

	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 2009	Saldo em 2008
Pesquisa e desenvolvimento - P&D					
FNDCT	-	713	-	713	9.620
MME	-	356	-	356	4.810
P&D	21.349	-	49.978	71.327	60.858
	21.349	1.069	49.978	72.396	75.288
Programa de eficiência energética - PEE	20.428	-	84.502	104.930	84.973
	41.777	1.069	134.480	177.326	160.261
			Circulante	106.761	93.506
			Não circulante	70.565	66.755

Mutação dos saldos de P&D e PEE

Saldos	FNDCT	MME	P&D		PEE		Total
	Circulante	Circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Em 2007	11.765	5.883	53.396	-	78.943	-	149.987
Constituições	7.335	3.668	7.335	-	18.338	-	36.676
Juros Selic	-	-	5.660	-	6.704	-	12.364
Transferências	-	-	(32.185)	32.185	(34.570)	34.570	-
Recolhimentos	(9.480)	(4.741)	-	-	-	-	(14.221)
Conclusões	-	-	(5.533)	-	(19.012)	-	(24.545)
Em 2008	9.620	4.810	28.673	32.185	50.403	34.570	160.261
Constituições	7.683	3.842	1.209	6.472	3.023	16.182	38.411
Juros Selic	-	-	938	3.762	1.236	5.185	11.121
Transferências	-	-	7.439	(7.439)	20.352	(20.352)	-
Recolhimentos	(16.590)	(8.296)	-	-	-	-	(24.886)
Conclusões	-	-	(1.912)	-	(5.669)	-	(7.581)
Em 2009	713	356	36.347	34.980	69.345	35.585	177.326



Distribuição

24 Outras Contas a Pagar

	2009	2008
Passivo circulante		
Taxa de iluminação pública arrecadada	17.989	18.669
Devolução de participação financeira do consumidor	10.566	13.299
Consumidores e revendedores	3.284	1.850
Pagamento de RQI - obras particulares	3.086	2.115
Cauções em garantia	3.044	944
Entidades seguradoras - prêmios a pagar	927	1.252
Taxa de fiscalização - Aneel	815	796
Parcela de ajuste de encargos da rede - Copel Geração e Transmissão	-	5.992
Outras obrigações	3.095	2.257
	42.806	47.174

25 Provisões para Contingências

A Companhia responde por diversos processos judiciais perante diferentes tribunais e instâncias. A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores legais, mantém provisão para contingências sobre as causas cuja probabilidade de perda é considerada provável.

	Contingências	Depósitos judiciais	Provisão líquida	Provisão líquida
			2009	2008
Trabalhistas (a)	132.865	(20.387)	112.478	83.917
Regulatórias (b)	14.244	-	14.244	14.088
Cíveis				
Fornecedores (c)	84.024	(22.823)	61.201	52.209
Cíveis e direito administrativo (d)	26.259	(4.603)	21.656	22.017
Servidões de passagem (e)	8.541	-	8.541	8.973
Desapropriações e patrimoniais (e)	1.349	-	1.349	295
Consumidores (f)	5.324	(1.426)	3.898	4.571
	125.497	(28.852)	96.645	88.065
Fiscais	5.786	(24)	5.762	5.413
	278.392	(49.263)	229.129	191.483



Distribuição

Mutações das provisões para contingências

	Saldo em 2008	Constituições	Constit. / (rev.) imobilizado	Quitações	Saldo em 2009
Trabalhistas	104.340	47.981	-	(19.456)	132.865
Regulatórias	14.088	148	-	8	14.244
Cíveis					
Fornecedores	52.209	31.815	-	-	84.024
Cíveis e direito administrativo	23.493	6.470	-	(3.704)	26.259
Servidões de passagem	8.973	-	(423)	(9)	8.541
Desapropriações e patrimoniais	295	-	1.054	-	1.349
Consumidores	5.465	128	-	(269)	5.324
	90.435	38.413	631	(3.982)	125.497
Fiscais	5.413	373	-	-	5.786
	214.276	86.915	631	(23.430)	278.392

As causas classificadas como de perda possível, estimadas pela Companhia em 31.12.2009, totalizaram R\$ 1.334.031 distribuídos em ações das seguintes naturezas: trabalhistas R\$ 81.383; regulatórias R\$ 1.195.088; cíveis R\$ 39.376; e tributárias R\$ 18.184. Quanto à ação de natureza regulatória, referente ao Despacho Aneel nº 288/2002, convém salientar que são boas as chances de êxito da demanda judicial através da qual a Companhia visa eximir-se do encargo, conforme opinião de seus assessores jurídicos e o consignado na NE nº 31 destas demonstrações, sob o título Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

a) Trabalhistas

Referem-se a ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas-extras, periculosidade, adicional de transferência, equiparação/reenquadramento salarial e outras e, também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade solidária) e empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Também incluem ações de aposentados (ex-empregados da Copel) que apresentaram reclamação trabalhista contra a Fundação Copel, que causarão, conseqüentemente, reflexos para a Companhia.

b) Regulatórias

A Companhia está discutindo nas esferas administrativa e judicial notificações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias. O principal processo em andamento, no valor de R\$ 7.709, refere-se às ações judiciais envolvendo a Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE e Dona Francisca Energética S.A., contra o Despacho Aneel nº 288/2002. O provável êxito nas ações citadas resultará em modificações na contabilização da CCEE, o que torna necessária a constituição de provisão destes valores, visto que a Copel Distribuição será acionada a quitar os montantes de sua responsabilidade.



Distribuição

c) Rio Pedrinho Energética S.A. e Consórcio Salto Natal Energética S.A.

A Copel Distribuição discute judicialmente a validade de cláusulas e condições do contrato de compra e venda de energia firmado com as empresas Rio Pedrinho Energética S.A. e Consórcio Salto Natal Energética S.A., ao entendimento de que estabelecem benefícios às empresas vendedoras, em detrimento do interesse público. Concomitantemente, as vendedoras, depois de rescindirem o contrato, levaram o conflito para decisão da Câmara de Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas que condenou a Copel Distribuição a pagar a multa contratual, ao entendimento de que esta dera causa à rescisão. A Copel Distribuição pleiteia judicialmente a anulação dessa decisão.

Considerando a avaliação de sua Diretoria Jurídica que classificou a ação como perda provável, com base no estágio atual dos processos, a Administração decidiu por constituir provisão para contingências no valor original da dívida, atualizada monetariamente de acordo com as condições contratuais originais, a qual representava, em 31.12.2009, o valor de R\$ 84.024.

d) Cíveis e direito administrativo

Ações pleiteando indenização por acidentes com a rede de distribuição de energia elétrica e acidentes com veículos.

e) Servidões de passagem, desapropriações e patrimoniais

O contencioso patrimonial da Companhia é constituído principalmente pelas ações de desapropriações e servidões, que impõem pagamentos a título de indenizações e que são sempre obrigatórias devido a preceito constitucional que obriga à justa e prévia indenização em dinheiro pelo desapossamento compulsório de áreas pela Administração Pública e nas servidões pela restrição no uso da propriedade sem transferir o domínio. As ações judiciais ocorrem quando há divergência entre o valor ofertado e o pleiteado pelo proprietário.

f) Consumidores

Ações pleiteando ressarcimento de danos causados em aparelhos eletrodomésticos, indenizações por dano moral decorrente da prestação do serviço (por exemplo, suspensão do fornecimento) e ações movidas por consumidores industriais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado e pleiteando restituição de valores envolvidos. A Companhia constituiu provisão tomando por base o diferencial de alíquota, cobrada dos consumidores industriais, no período de março a novembro de 1986, acrescida de encargos financeiros, cujos montantes são considerados suficientes.



Distribuição

26 Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social integralizado, em 31.12.2009, monta a R\$ 2.624.841, composto por 2.624.840.634 ações, todas ordinárias, pertencentes à Copel.

b) Reserva de lucros

	2009	2008
Reserva legal	82.274	66.289
Reserva de retenção de lucros	468.552	804.068
	550.826	870.357

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros visa à cobertura do programa de investimentos da Companhia, conforme o artigo 196 da Lei das Sociedades Anônimas. Sua constituição ocorre mediante retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a reserva legal e os juros sobre o capital próprio.

c) Proposta de distribuição de dividendos

	2009	2008
Lucro líquido do exercício	319.713	544.374
Efeitos fiscais na Copel pela opção de juros sobre o capital próprio	(63.353)	(56.440)
Lucro líquido do exercício sem os efeitos fiscais dos juros sobre o capital próprio	256.360	487.934
Reserva legal teórica sobre o lucro acima	(12.818)	(24.397)
Base de cálculo para dividendos mínimos	243.542	463.537
Dividendos mínimos obrigatórios (30%)	73.063	139.061
Imposto de renda retido sobre juros sobre o capital próprio	27.950	24.900
Valor do dividendo mínimo ajustado, considerando o efeito do IRRF	101.013	163.961
Remuneração do capital próprio apropriada	186.331	166.000
Distribuição de dividendos	-	-

Os juros sobre o capital próprio foram contabilizados em despesas financeiras, e, para efeito das demonstrações, são apresentados como destinação do lucro líquido do exercício. No resultado do exercício, sua reversão foi efetuada contra rubrica própria em despesas financeiras, conforme preconiza a CVM.



Distribuição

27 Receita Operacional

	2009	2008
Fornecimento de energia elétrica		
Residencial	1.071.740	935.934
Industrial	946.566	901.658
Comercial, serviços e outras atividades	702.089	625.476
Rural	135.520	123.071
Poder público	95.852	86.334
Iluminação pública	73.883	67.005
Serviço público	67.902	63.403
Parcela de ajustes de encargos da rede	3.052	1.886
	3.096.604	2.804.767
Suprimento de energia elétrica		
Contratos bilaterais	54.513	58.643
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	9.328	2.079
	63.841	60.722
Disponibilidade da rede elétrica		
Tarifa de uso do sistema de distribuição - Tusd		
Residencial	1.142.061	1.054.150
Industrial	1.030.657	1.043.588
Comercial, serviços e outras atividades	748.765	699.740
Rural	144.807	138.138
Poder público	102.078	96.529
Iluminação pública	78.839	74.943
Serviço público	72.440	70.925
Consumidores livres	148.969	150.605
Rede de conexão	2.407	1.558
	3.471.023	3.330.176
Outras receitas operacionais		
Arrendamentos e aluguéis	57.177	50.245
Renda da prestação de serviços	4.368	8.058
Serviço taxado	9.179	9.316
Outras receitas	657	773
	71.381	68.392
	6.702.849	6.264.057

	Nº de consumidores ⁽¹⁾		MWh ⁽¹⁾	
	2009	2008	2009	2008
Consumidores				
Residencial	2.859.749	2.782.404	5.663.886	5.378.890
Industrial	66.960	63.641	6.704.400	6.769.770
Comercial	300.138	294.866	4.200.480	3.966.640
Rural	352.992	335.666	1.679.550	1.606.035
Poder público	34.016	33.218	593.711	561.931
Iluminação pública	9.601	9.093	780.175	746.987
Serviço público	4.117	4.063	595.932	579.627
Consumo próprio	610	592	23.865	23.029
	3.628.183	3.523.543	20.241.999	19.632.909
Revendedores				
Suprimento - curto prazo - CCEE	-	-	274.514	-
Concessionárias	-	-	508.691	495.594
			783.205	495.594
			21.025.204	20.128.503

⁽¹⁾ Informações não auditadas pelos auditores independentes



Distribuição

28 Deduções da Receita Operacional

	2009	2008
Tributos sobre a receita		
ICMS	1.708.230	1.514.809
Cofins	508.139	477.848
Cofins - Programa de Recuperação Fiscal (NE nº 9.d)	25.765	-
PIS/Pasep	110.335	103.743
PIS/Pasep - Programa de Recuperação Fiscal (NE nº 9.d)	5.594	-
ISSQN	120	108
	2.358.183	2.096.508
Encargos do consumidor		
Conta de desenvolvimento energético - CDE	203.503	188.847
Conta de consumo de combustível - CCC	179.545	152.667
Quota para reserva global de reversão - RGR	33.095	23.374
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética - P&D e PEE	38.411	36.676
Outros	31	67
	454.585	401.631
	2.812.768	2.498.139

29 Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais consolidados são compostos pelas seguintes naturezas de gasto:

Natureza dos custos e despesas	Custos de bens e/ou serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administ.	Outras rec. (desp.), líquidas	2009
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(1.930.130)	-	-	-	(1.930.130)
Encargos de uso da rede elétrica (b)	(490.646)	-	-	-	(490.646)
Pessoal e administradores (c)	(454.407)	-	(94.643)	-	(549.050)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 21)	(21.956)	-	(3.037)	-	(24.993)
Material (d)	(44.306)	(2.788)	(5.747)	-	(52.841)
Serviços de terceiros (e)	(167.889)	(24.419)	(58.255)	-	(250.563)
Depreciação e amortização	(145.788)	-	(19.397)	-	(165.185)
Provisões e reversões (f)	-	(15.971)	-	(86.915)	(102.886)
Outros custos e despesas (g)	(567)	4.445	(51.155)	(26.878)	(74.155)
	(3.255.689)	(38.733)	(232.234)	(113.793)	(3.640.449)

Natureza dos custos e despesas	Custos de bens e/ou serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administ.	Outras rec. (desp.), líquidas	2008
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(1.763.470)	-	-	-	(1.763.470)
Encargos de uso da rede elétrica (b)	(366.561)	-	-	-	(366.561)
Pessoal e administradores (c)	(384.220)	-	(78.162)	-	(462.382)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 23)	(23.158)	-	(4.306)	-	(27.464)
Material (d)	(37.093)	(2.941)	(4.432)	-	(44.466)
Serviços de terceiros (e)	(130.103)	(22.475)	(54.856)	-	(207.434)
Depreciação e amortização	(158.816)	-	(17.265)	-	(176.081)
Provisões e reversões (f)	-	(10.288)	-	(65.028)	(75.316)
Outros custos e despesas (g)	2.585	4.425	(18.057)	(20.119)	(31.166)
	(2.860.836)	(31.279)	(177.078)	(85.147)	(3.154.340)



Distribuição

a) Energia elétrica comprada para revenda

	2009	2008
Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Itaipu)	505.516	475.956
Furnas Centrais Elétricas S.A. - leilão	322.514	295.615
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf - leilão	305.207	283.870
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão	173.342	162.802
Copel Geração e Transmissão S.A.	123.482	90.511
Itiquira Energética S.A.	116.195	107.894
Companhia Energética de São Paulo - Cesp - leilão	115.162	104.722
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A. - Eletronorte - leilão	99.748	92.794
CPFL Energia S.A.	74.927	8.828
Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa - Proinfa	63.764	63.239
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	61.395	120.207
Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig - leilão	58.578	42.877
Cia. Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. - CEEE - leilão	34.773	32.472
Energia elétrica comprada para revenda - CVA	(100.204)	(71.990)
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre energia elétrica comprada para revenda	(198.252)	(167.753)
Outras concessionárias - leilão	173.983	120.977
Outras concessionárias	-	449
	1.930.130	1.763.470

b) Encargos de uso da rede elétrica

	2009	2008
Encargos dos serviços do sistema - ESS	95.468	71.261
Furnas Centrais Elétricas S.A.	90.667	83.428
Copel Geracação e Transmissão S.A	73.490	72.339
Cia. Transmissora de Energia Elétrica Paulista - Cteep	40.140	37.159
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf	36.618	34.511
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	26.518	23.366
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A. - Eletronorte	26.404	24.893
Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig	15.412	12.445
TSN Transmissora Nordeste Sudeste de Energia S.A.	12.162	11.353
Operador Nacional do Sistema - ONS	11.933	10.119
Novatrans Energia S.A.	11.991	11.506
Cia. Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. - CEEE	10.727	9.964
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - Eate	10.165	9.428
ATE II Transmissora de Energia S.A.	5.166	4.927
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - Ente	5.163	4.828
Itumbiara Transmissora de Energia Ltda.	4.909	4.677
Expansion Transmissora de Energia Elétrica S.A.	4.699	4.457
Empresa Transmissora de Energia Oeste Ltda - Eteo	4.152	3.921
STN Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	4.141	3.924
NTE Nordeste Transmissora de Energia S.A.	3.627	3.422
ATE Transmissora Energia S.A.	3.383	3.244
Integração Transmissão Energia - Intesa	2.876	1.774
ATE III Transmissora de Energia S.A.	2.692	1.607
Arthemis Transmissora de Energia S.A.	2.201	2.095
Parcela de ajuste de encargos da rede	1.526	3.052
CVA - encargos	(13.216)	(64.319)
(-) Pasep/Cofins sobre encargos de uso da rede elétrica	(36.838)	(47.129)
Outras concessionárias	34.470	24.309
	490.646	366.561



Distribuição

c) Pessoal e administradores

	2009	2008
Pessoal		
Remunerações	369.254	333.847
Encargos sociais	118.784	107.451
	488.038	441.298
Participação nos lucros e/ou resultados (1)	46.102	45.580
Auxílio alimentação e educação	42.122	37.590
Provisão (rev) indeniz. demissões volunt./aposentadorias (2)	14.908	(658)
Indenização demissões volunt./aposentadorias (2)	11.469	-
Compensação Indenizatória - PDV (2)	9.934	-
	612.573	523.810
(-) Transferências para imobilizado em curso	(64.015)	(61.870)
	548.558	461.940
Administradores		
Honorários	522	453
Encargos sociais	25	28
	547	481
(-) Transferências para imobilizado em curso	(55)	(39)
	492	442
	549.050	462.382

1) Participação nos lucros e/ou resultados

A Companhia implantou o programa de participação dos empregados nos lucros e/ou resultados, pago com base em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas.

2) Programas de Desligamento Voluntário

Em 14.12.2009, a Administração da Companhia instituiu, com vigência a partir daquela data, o Programa de Desligamento Voluntário - PDV, mediante pagamento de compensação indenizatória, pela extinção do contrato de trabalho, ao empregado com no mínimo 10 anos de empresa que, tendo obtido a aposentadoria pelo INSS, voluntariamente, a seu pedido, opte pela rescisão de seu contrato de trabalho com a Companhia.

O prazo de adesão encerrou em 13.01.2010 para empregados com aposentadoria concedida pelo INSS até 14.12.2009, e encerra-se até 30 dias a contar da data de confirmação do recebimento, pela Copel, da carta de concessão de aposentadoria, para empregados com aposentadoria concedida pelo INSS a partir de 15.12.2009.

O prazo de desligamento para empregados com aposentadoria concedida pelo INSS até 14.12.2009 foi de 1º a 15 de março de 2010 e, para empregados com aposentadoria concedida pelo INSS a partir de 15.12.2009, de 1º a 15 do mês subsequente ao da adesão.

Os empregados desligados até dezembro de 2009, pelos programas de desligamentos instituídos em janeiro de 2009, tiveram seu valor de indenização complementado de acordo com as novas regras instituídas em 14.12.2009.



Distribuição

d) Material

	2009	2008
Combustíveis e peças para veículos	19.361	18.525
Sistema elétrico	13.728	8.312
Expediente	5.430	4.727
Cantina	5.356	4.309
Construção civil	2.880	2.495
Ferramental de serviço	1.929	1.281
Segurança	1.735	1.704
Outros materiais	2.422	3.113
	52.841	44.466

e) Serviços de terceiros

	2009	2008
Manutenção do sistema elétrico	57.446	36.854
Serviços de telecomunicações	28.926	25.250
Postais e telegráficos	24.833	22.591
Agentes autorizados e credenciados	21.274	19.605
Telefone	15.761	14.638
Processamento e transmissão de dados	12.621	16.668
Consultoria técnica, científica e administrativa	11.333	9.289
Leitura e entrega de faturas	10.989	7.918
Apoio administrativo	9.508	9.559
Viagens	8.215	6.597
Limpeza de faixa de servidão	7.339	4.967
Vigilância	6.382	5.401
Atendimento a consumidores	5.707	4.365
Treinamentos	5.509	4.745
Outros serviços	24.720	18.987
	250.563	207.434

f) Provisões e reversões

	2009	2008
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		
Consumidores, concessionárias e permissionárias (NE nº 7.d)	15.647	10.272
Serviços prestados a terceiros e outros créditos	324	16
	15.971	10.288
Provisões (reversões) para contingências (NE nº 25)		
Trabalhistas	47.981	37.344
Regulatórias	148	14.098
Fornecedores	31.815	2.255
Cíveis e direito administrativo	6.470	11.814
Consumidores	128	(1.048)
Ambientais	-	(163)
Fiscais	373	728
	86.915	65.028
	102.886	75.316



Distribuição

g) Outros custos e despesas operacionais

	2009	2008
Indenizações	39.384	3.769
Perdas na desativação e alienação de bens	12.446	6.181
Taxa de fiscalização da Aneel	9.688	9.507
Arrendamentos e aluguéis (1)	9.012	8.241
Energia elétrica - consumo próprio	5.868	5.678
Tributos	5.440	5.418
Propaganda e publicidade	3.237	3.354
Bolsa auxílio - estagiários	2.666	3.027
Seguros	2.369	1.959
Penalidade DIC/FIC	2.231	1.936
Doações - lei Rouanet e fundo dos direitos da criança e do adolescente - FIA	1.369	2.782
Recuperação de custos e despesas (2)	(21.981)	(23.490)
Outros custos e despesas (receitas), líquidos	2.426	2.804
	74.155	31.166

1) Arrendamentos e aluguéis

	2009	2008
Imóveis	7.213	5.164
Fotocopiadora	3.353	3.408
Outros	414	355
(-) Créditos de PIS e Cofins	(980)	(71)
(-) Transferências para Imobilizado em curso	(988)	(615)
	9.012	8.241

A estimativa de gastos para o exercício de 2010 é basicamente a mesma de 2009, acrescentando-se, além de 2 imóveis locados em Curitiba, os índices de correção contratualmente assumidos, não existindo riscos com relação à rescisão contratual. ⁽¹⁾

Do total de R\$ 7.213 gastos com aluguel de imóveis, R\$ 5.131 referem-se ao contrato de locação do Pólo Km 3, firmado entre a Companhia e a Fundação Copel, o qual, dentre os contratos de aluguel, destaca-se como o contrato mais relevante para a Companhia. Para os períodos futuros este valor será corrigido com base na avaliação imobiliária do imóvel.

⁽¹⁾ Informações não auditadas pelos auditores independentes.

2) Recuperação de custos e despesas

	2009	2008
Custos administrativos	(8.545)	(9.516)
Consumo próprio de energia	(5.868)	(5.678)
Arrecadação de faturas baixadas contra PCLD	(4.550)	(4.535)
Material elétrico	(2.249)	(2.457)
Recuperação de custos e despesas diversos	(769)	(1.304)
	(21.981)	(23.490)



Distribuição

30 Resultado Financeiro

	2009	2008
Receitas financeiras		
Renda sobre repasse CRC (NE nº 8.b)	83.834	79.539
Acréscimos moratórios sobre faturas de energia	57.150	50.945
Variação cambial s/ energia elétrica comprada para revenda - Itaipu	29.884	-
Remuneração - CVA	22.343	11.630
Renda de aplicações financeiras	18.787	34.381
Juros sobre impostos a compensar	18.400	3.701
Multas	8.214	8.082
Var. monetária sobre repasse CRC (NE nº 8.b)	(18.196)	110.050
Outras receitas financeiras	7.878	2.223
	228.294	300.551
(-) Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	57.857	68.563
Juros - Prog. de recuperação fiscal (NE nº 9.d)	16.609	-
Juros sobre P&D e PEE	11.121	12.364
IOF	9.542	8.098
Variação cambial s/ energia elétrica comprada para revenda - Itaipu	2.751	26.461
Remuneração - CVA	1.966	9.489
Multas moratórias, fiscais e sancionatórias	1.317	9.866
Multa - Prog. de recuperação fiscal (NE nº 9.d)	1.238	-
Juros sobre parcelamento de tributos	771	-
Termo de compromisso de ajuste de conduta	-	30.673
Variações monetárias e cambiais	(2.678)	8.659
Outras despesas financeiras	422	5.930
	100.916	180.103
	127.378	120.448

31 Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

O Mercado Atacadista de Energia - MAE foi extinto e suas atividades, seus ativos e passivos foram, em 12.11.2004, absorvidos pela CCEE, que foi constituída sob forma de pessoa jurídica de direito privado, sob regulação e fiscalização da Aneel.

Os dados de comercialização de energia elétrica da Copel Distribuição, considerados na contabilização do MAE, atualmente CCEE, não foram reconhecidos pela Companhia como efetivos e definitivos para os exercícios de 2000, 2001 e primeiro trimestre de 2002. Esses dados foram calculados através de critérios e valores que levaram em conta decisões da agência reguladora, sendo objeto de contestação, e tendo a Companhia já encaminhado, pelas vias administrativas e judiciais, providências contra aquelas decisões.



Distribuição

O pleito está embasado substancialmente no fato de a Companhia ter efetuado transações de venda de energia, as quais não deveriam servir de base de cálculo efetuado pelo órgão regulador, para cumprir exclusivamente com contratos com clientes localizados no mercado da região sudeste. O montante estimado relativo às diferenças de cálculo é de aproximadamente R\$ 1.176.000 (valor atualizado em 31.12.2009), não reconhecido pela Companhia no passivo de fornecedores.

A Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, considera como possíveis as chances de êxito quando da decisão final desses processos judiciais.

a) Renegociação - Contrato Cien ⁽¹⁾

Para repor a frustração contratual com Cien, a Copel participou de todos os mecanismos previstos pela legislação para a contratação de energia, conforme estabelecido na Portaria MME nº 294/2006. A absoluta falta de oferta de energia dos geradores nos leilões de energia existente "A-1" de 2007 e 2008 não permitiu a reposição total dos montantes do contrato com Cien.

Entretanto, a participação da Copel em leilões de ajuste e no Mecanismo de Contratação de Sobras e Déficit - MCSD possibilitou a reposição parcial de Cien, em montantes suficientes para atender à totalidade da carga prevista para 2009, 2010, 2011 e 2012.

Em 2008, a Copel já havia repostado Cien nos leilões de energia proveniente de novos empreendimentos A-5 de 2008 e Jirau, a partir de 2013.

b) Transações correntes no âmbito da CCEE ⁽¹⁾

	2009	2008
Ativo circulante (NE nº 7)		
Até dezembro de 2008	14	14
De julho a setembro de 2009	747	-
De outubro a dezembro de 2009	140	-
	901	14
Passivo circulante (NE nº 19)		
Até dezembro de 2008	-	27.962
De outubro a dezembro de 2009	1.859	-
	1.859	27.962



Distribuição

A quantidade de energia comercializada, em MWh, está demonstrada no quadro a seguir:

	2009 ⁽¹⁾		2008 ⁽¹⁾	
	MWh	R\$ Mil ⁽³⁾	MWh	R\$ Mil ⁽³⁾
Compra	284.284	19.809	958.975	119.678
Compra Estimada	-	-	-	-
	284.284	19.809	958.975	119.678
Venda	237.727	5.348	-	-
Venda estimada ⁽²⁾	36.787	(50)	-	-
	274.514	5.298	-	-

⁽¹⁾ Posição de acordo com as recontabilizações da CCEE até 31.12.2009

⁽²⁾ A venda estimada corresponde a provisão da pré-fatura do mês de dezembro de 2009

⁽³⁾ Nos montantes apresentados em R\$ Mil foram consideradas as diferenças de preço entre os submercados de comercialização

c) Mutação da CCEE ⁽¹⁾

	Valores a liquidar	Liquidação	Apropriação	Valores a liquidar
	2008			2009
Ativo circulante				
Até dezembro de 2008	14	-	-	14
De julho a setembro de 2009	-	(1.313)	2.060	747
De outubro a dezembro de 2009	-	(173)	313	140
	14	(1.486)	2.373	901
(-) Passivo circulante				
Até dezembro de 2008	27.962	(28.208)	246	-
De janeiro a março de 2009	-	(36.338)	36.338	-
De abril a junho de 2009	-	(16.344)	16.344	-
De julho a setembro de 2009	-	(649)	649	-
De outubro a dezembro de 2009	-	-	1.859	1.859
	27.962	(81.539)	55.436	1.859
Total líquido	(27.948)	80.053	(53.063)	(958)

⁽¹⁾ Informa es não auditadas pelos auditores independentes

32 Instrumentos Financeiros

A utiliza o de instrumentos financeiros pela Companhia está restrita a Caixa e equivalentes de caixa, Consumidores, concessionárias e permissionárias, Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná, outras Contas a receber de entidades governamentais, Empréstimos e financiamentos e Fornecedores.



Distribuição

a) Valor de Mercado dos Instrumentos Financeiros

Em 31.12.2009, os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros aproximavam-se dos valores contábeis, destacando-se:

Instrumentos Financeiros	Valor de mercado		Valor contábil
	2009	2009	2008
Caixa e Equivalentes de Caixa	192.468	192.468	354.286
Contas a receber de entidades governamentais	126.569	126.569	165.114
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	1.254.574	1.254.574	1.319.903
Cauções e depósitos vinculados - títulos em garantia (1)	19.430	19.429	37.174
Empréstimos e financiamentos	159.714	159.714	167.639
Eletrobrás (Itaipu)	80.104	80.104	100.040

- 1) Os valores de mercado das cotas de Fundos de Investimentos foram calculados segundo critérios estabelecidos pelos respectivos Estatutos e ratificados pelos bancos gestores.

b) Fatores de Risco

1) Risco de crédito

Risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Este risco está intimamente relacionado com fatores internos e externos à Copel Distribuição. Para reduzir esse tipo de risco a Companhia atua na gerência das contas a receber, detectando as classes de consumidores com maior possibilidade de inadimplência, suspendendo o fornecimento de energia e implementando políticas específicas de cobrança, atreladas a garantias reais ou fidejussórias, sempre que possível.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na sua realização.

2) Risco de moeda estrangeira

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam saldos ativos ou aumentem saldos passivos em moeda estrangeira.

A dívida em moeda estrangeira da Companhia não é significativa e não existe exposição a operações com derivativos de câmbio. A Companhia mantém monitoramento das taxas cambiais.

O efeito da variação cambial decorrente do contrato de compra de energia da Eletrobrás (Itaipu) é contabilizado na conta de compensação da "Parcela A", pelo pagamento das respectivas faturas, sendo repassado no próximo reajuste tarifário da Copel Distribuição.



Distribuição

A exposição ao risco de moeda estrangeira está demonstrada a seguir:

Moeda estrangeira	Ativo	Passivo	Exposição Líquida
			2009
Cauções e depósitos vinculados	24.195	-	24.195
Empréstimos e financiamentos Fornecedores	-	(64.306)	(64.306)
Eletrobrás (Itaipu)	-	(80.104)	(80.104)
	24.195	(144.410)	(120.215)

3) Risco de taxa de juros

Risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

4) Risco de vencimento antecipado

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia, as quais, em geral, requerem manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros), os quais são calculados e analisados periodicamente visando à manutenção dos parâmetros estipulados nos contratos.

5) Risco quanto à escassez de energia

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas, dado que a matriz energética brasileira está baseada em fontes hidrelétricas de geração, que dependem do volume de água em seus reservatórios.

Um período prolongado de escassez de chuvas pode reduzir o volume de água em estoque nestes reservatórios, podendo impactar em perdas devido à redução de receitas quando da eventual adoção de racionamento energético.

Segundo o Plano Anual da Operação Energética - PEN 2009, divulgado anualmente no site www.ons.org.br, as avaliações do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS apontam para uma situação confortável de atendimento ao mercado nos próximos 5 anos, de maio de 2009 a dezembro de 2013, com base em análises probabilísticas utilizadas nesse tipo de abordagem. O critério de garantia de suprimento preconizado pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE (riscos de déficit de energia abaixo de 5%) é atendido com folga em todas as regiões



Distribuição

durante o quinquênio ⁽¹⁾.

⁽¹⁾ Informações não auditadas pelos auditores independentes.

6) Risco de não renovação da concessão

A Companhia detém concessão para exploração dos serviços de distribuição de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que seja prorrogada pelo Ministério das Minas e Energia - MME com subsídios da Aneel. Caso a prorrogação da concessão não seja deferida pelo Poder Concedente ou mesmo ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (concessão onerosa), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

7) Instrumentos financeiros derivativos

Em atendimento à Deliberação CVM nº 550, de 17.10.2008, a Companhia avaliou suas transações e não identificou instrumentos financeiros derivativos.

33 Transações com Partes Relacionadas

Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo	Passivo	2009			2008		
			Resultado	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo
Acionistas controladores								
Estado do Paraná (1)								
Parcelamento faturas de energia (2)	35.267	-	3.959	50.712	-	7.024		
CRC (NE nº 8)	1.254.574	-	65.638	1.319.903	-	189.589		
ICMS (NE nº 9)	96.763	158.026	-	75.423	126.875	-		
Remuneração e enc. sociais empreg. cedidos (3)	646	-	-	676	-	-		
Companhia Paranaense de Energia - Copel								
Juros sobre capital próprio	-	206.481	-	-	141.100	-		
Financiamentos repassados - STN (NE 18.a)	-	64.279	-	-	94.006	-		
Contrato de mútuo	-	658.724	(50.412)	-	597.227	(61.145)		
Entidades sob controle comum								
Copel Geração e Transmissão S.A.								
Prestação de serviços	293	-	3.894	272	-	3.241		
Sistema de distribuição	240	-	3.185	367	-	4.389		
Energia elétrica para revenda	-	14.360	(123.482)	-	10.326	(90.511)		
Rede básica e de conexão	-	7.900	(73.490)	-	14.357	(72.339)		
Copel Telecomunicações S.A.								
Prestão de serviços	19	-	197	18	-	190		
Aluguel de estruturas	100	-	1.200	89	-	1.067		
Serviços de telecomunicações	-	2.672	(28.966)	-	2.308	(25.250)		
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A.								
Sistema de distribuição	793	-	7.078	778	-	7.788		
Prestação de serviços	29	-	372	-	-	320		
Energia elétrica para revenda	-	14.974	(173.342)	-	14.209	(162.802)		
Pessoal chave da administração								
Honorários e encargos sociais (NE nº 29.c)	-	-	(547)	-	-	(481)		
Outras partes relacionadas								
Fundação Copel								
Aluguel de imóveis (NE nº 29.g.1)	-	-	(5.131)	-	-	(3.877)		
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 21)	-	257.047	24.993	-	293.111	27.464		
Instit. de Tecnol. p/ o Desenvolvimento - Lactec (4)								
Prestação de serviço e P&D	17.988	211	(3.008)	8.536	-	6.545		

Os valores decorrentes de atividades operacionais da Copel Distribuição com as demais partes relacionadas são faturados de acordo com as tarifas homologadas pela Aneel. As demais transações são realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes.

- 1) O Estado do Paraná detém 58,63% do capital votante da Copel que detém 100% do capital social da Copel Distribuição.
- 2) Acordo de renegociação de faturas de fornecimento de energia elétrica e do Programa Luz Fraterna com a Copel Distribuição, no valor original de R\$ 84.883. Este acordo foi assinado em 20.04.2007, para pagamento em 45 parcelas mensais, atualizadas por taxa Selic pós-fixada, gerando as receitas financeiras demonstradas no quadro.



Distribuição

- 3) Ressarcimento do valor correspondente à remuneração percebida e encargos sociais de empregados cedidos ao Governo do Estado do Paraná. Para os saldos de 2009 e de 2008 foi constituída PCLD no valor de R\$ 527.
- 4) O Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - Lactec foi constituído em 06.02.1997, sob a forma de associação sem fins lucrativos, e tem por objetivo a promoção do desenvolvimento econômico, científico, tecnológico, social e sustentável da preservação e conservação do meio ambiente. Foi qualificado, em 2000, pelo Ministério da Justiça, com base na Lei nº 9.790, como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip, que permite, dentre outros desenvolvimentos, o de parceria com o setor público por meio de dispensa do processo licitatório. Os associados são: Copel, Universidade Federal do Paraná - UFPR, Instituto de Engenharia do Paraná - IEP, Federação das Indústrias do Estado do Paraná - Fiep e Associação Comercial do Paraná - ACP. O Lactec mantém contratos de prestação de serviços e de pesquisa e desenvolvimento com a Copel Distribuição, submetidos a controle prévio ou a *posteriori*, com anuência da Aneel. Os saldos do ativo referem-se a P&D e PEE, contabilizados no Circulante, na conta Serviços em curso, na qual devem permanecer até a conclusão do projeto, conforme determinação da Aneel.

34 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir.

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Riscos nomeados (a)	24.08.2010	578.865
Incêndio - imóveis próprios e locados (b)	24.08.2010	289.983
Responsabilidade civil - Copel (c)	24.08.2010	6.000
Engenharia - Copel (d)	24.08.2010	apólice por averbação
Transporte nacional e internacional - exportação e importação (e)	24.08.2010	apólice por averbação
Riscos diversos (f)	24.08.2010	84

a) Riscos nomeados

A apólice contratada destaca as subestações, nomeando os principais equipamentos, com respectivos valores segurados. Possui cobertura securitária básica de incêndio, queda de raios, explosão de qualquer natureza e cobertura adicional contra possíveis danos elétricos, riscos diversos, riscos para equipamentos eletrônicos e informática.



Distribuição

b) Incêndio

Cobertura para os imóveis, próprios e locados, e parte dos seus conteúdos. Garante o pagamento de indenização ao segurado ou proprietário do imóvel, pelos prejuízos em consequência dos riscos básicos de incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, mais a cobertura adicional de vendaval.

c) Responsabilidade civil

Apólice contratada pela Copel com importância segurada única, extensiva a todas as Subsidiárias Integrais. Garante a cobertura às reparações por danos involuntários, corporais e/ou materiais e/ou morais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais e/ou industriais da Companhia.

d) Riscos de engenharia

Cobertura dos riscos de instalação, montagem, desmontagem e testes em equipamentos novos, principalmente em subestações. Contratada apólice na modalidade por averbação, conforme a ocorrência e necessidade para cobertura dos riscos na execução de serviços de engenharia.

e) Seguro de transporte

Garante cobertura contra as perdas e danos causados às mercadorias durante o transporte, por qualquer meio adequado, em operações no mercado interno ou externo, nas modalidades de transporte nacional e internacional de importação e exportação. Contratada apólice na modalidade por averbação, sendo basicamente utilizado para o seguro de transporte de equipamentos elétricos e eletrônicos.

f) Riscos diversos

Garante cobertura para as perdas e danos materiais, causados aos bens descritos na apólice, por quaisquer acidentes decorrentes de causa externa, incluindo os riscos de transporte. Nesta modalidade de seguro são incluídos os equipamentos elétricos móveis e/ou estacionários, bem como os equipamentos de informática e eletrônicos, quando em operação nas unidades das empresas ou quando arrendados ou cedidos a terceiros.

35 Gastos em Meio Ambiente

A Companhia vem desenvolvendo programas e buscando alternativas que possibilitem a redução dos impactos ambientais provocados pelo desempenho de suas atividades.



Distribuição

Dentro desta filosofia, como principais programas desenvolvidos para este objetivo, em 2009 e 2008, com os respectivos valores gastos, podemos citar:

	2009	2008
Rede Compacta e Linha Verde	78.691	74.332
Programa de eficiência energética – PEE e P&D	51.394	28.915
Programa de Gestão de Resíduos	1.798	934
Programa de Proteção a Fauna e a Flora	225	151
Programa de Educação Ambiental	367	-
Programa Tributo às Águas e outros	15	41
	132.490	104.373

Adicionalmente a Copel possui, em 31.12.2009, compromissos assumidos, no montante de R\$ 751, os quais serão realizados nos próximos anos, de modo que este valor será substancialmente incorporado ao imobilizado da Companhia à medida que ocorram os respectivos desembolsos, reduzindo significativamente o risco de danos ambientais.



Distribuição

36 Demonstração do Resultado Segregado por Atividade

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	DISTRIBUIÇÃO	COMERCIALIZAÇÃO	TOTAL
RECEITA OPERACIONAL			
Fornecimento de energia elétrica	-	3.096.604	3.096.604
Suprimento de energia elétrica	-	63.841	63.841
Disponibilidade da rede elétrica	3.471.023	-	3.471.023
Outras receitas operacionais	65.077	6.304	71.381
	3.536.100	3.166.749	6.702.849
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(1.670.900)	(1.141.868)	(2.812.768)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.865.200	2.024.881	3.890.081
CUSTOS OPERACIONAIS			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda	(63.764)	(1.866.366)	(1.930.130)
Encargos de uso da rede elétrica	(323.955)	(166.691)	(490.646)
	(387.719)	(2.033.057)	(2.420.776)
Custo de operação			
Pessoal	(375.614)	(77.721)	(453.335)
Planos previdenciário e assistencial	(19.063)	(2.893)	(21.956)
Material	(39.078)	(3.127)	(42.205)
Serviços de terceiros	(119.791)	(45.656)	(165.447)
Depreciação e amortização	(144.164)	(1.624)	(145.788)
Outros custos de operação	(7.434)	6.867	(567)
	(705.144)	(124.154)	(829.298)
Custo do serviço prestado a terceiros			
Pessoal	(1.072)	-	(1.072)
Planos previdenciário e assistencial	-	-	-
Material	(2.101)	-	(2.101)
Serviços de terceiros	(2.195)	(247)	(2.442)
Outros custos do serviço prestado a terceiros	-	-	-
	(5.368)	(247)	(5.615)
	(1.098.231)	(2.157.458)	(3.255.689)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL BRUTO	766.969	(132.577)	634.392
Outras Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas com vendas	-	(38.733)	(38.733)
Despesas gerais e administrativas	(114.663)	(117.571)	(232.234)
Outras receitas (despesas), líquidas	(76.078)	(37.715)	(113.793)
	(190.741)	(194.019)	(384.760)
RESULTADO DO SERVIÇO	576.228	(326.596)	249.632
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	19.182	209.112	228.294
Despesas financeiras	(75.832)	(25.084)	(100.916)
	(56.650)	184.028	127.378
RESULTADO OPERACIONAL	519.578	(142.568)	377.010
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	519.578	(142.568)	377.010
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Imposto de renda e contribuição social	(27.270)	-	(27.270)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(30.027)	-	(30.027)
	(57.297)	-	(57.297)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	462.281	(142.568)	319.713



PARECER DO CONSELHO FISCAL DA COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A. SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO, BALANÇO PATRIMONIAL, DEMAIS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PROPOSTA DA DIRETORIA PARA DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

O Conselho Fiscal da Copel Distribuição S.A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, além de ter acompanhado - através de análises de balancetes - a gestão econômico-financeira daquela Empresa, examinou as Demonstrações Financeiras do exercício social de 2009, encerrado em 31 de dezembro, abrangendo o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis, tendo apreciado, também, o Relatório da Administração e a proposta da Diretoria para a destinação do lucro líquido, e considerando todos os pontos contidos no Parecer da Deloitte Touche Tohmatsu - Auditores Independentes - bem como as informações e esclarecimentos por eles prestados, é de parecer que as mencionadas demonstrações refletem, com propriedade, a situação patrimonial e financeira da Companhia e os correspondentes resultados de suas operações, estando, assim, tais documentos em condições de serem submetidos à apreciação e à consequente deliberação da Acionista Controladora.

Curitiba, 16 de março de 2010.

OSMAR ALFREDO KOHLER
Presidente

HERON ARZUA

WILSON PORTES



Distribuição

As Demonstrações Contábeis da Copel Distribuição S.A. estão inseridas e validadas nos exames da Auditoria Externa da Companhia Paranaense de Energia - Copel, publicadas no Diário Oficial do Estado do dia 19 de abril de 2010.
